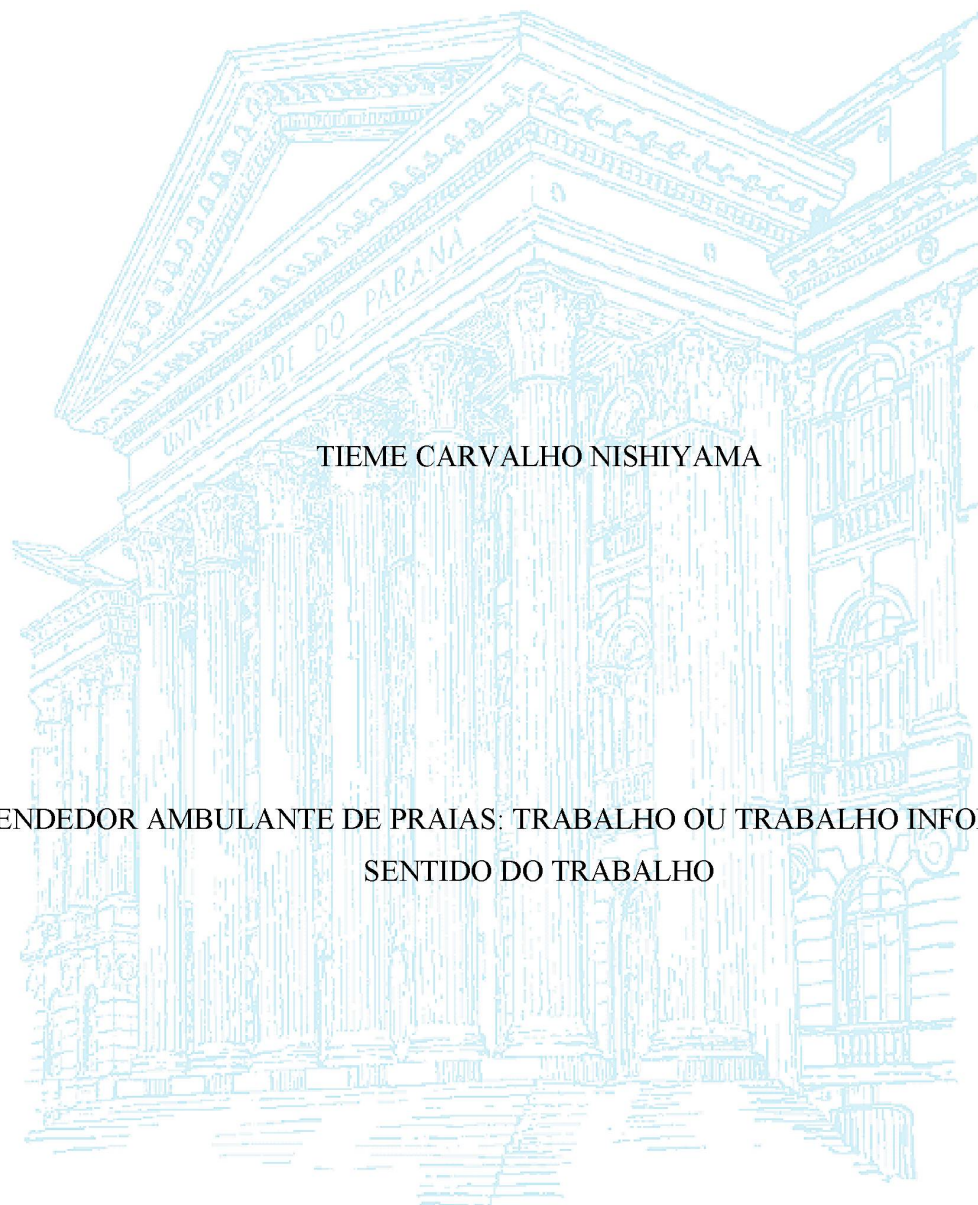


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



TIEME CARVALHO NISHIYAMA

VENDEDOR AMBULANTE DE PRAIAS: TRABALHO OU TRABALHO INFORMAL? O  
SENTIDO DO TRABALHO

MATINHOS

2019

TIEME CARVALHO NISHIYAMA

VENDEDOR AMBULANTE DE PRAIAS: TRABALHO OU TRABALHO INFORMAL? O  
SENTIDO DO TRABALHO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

N724p Nishiyama, Tieme Carvalho  
Vendedor ambulante de praias: trabalho ou trabalho informal? O sentido do trabalho / Tieme Carvalho Nishiyama ; orientador Mayra Taiza Sulzbach. – 2019.  
83 p.  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos/PR, 2019.  
  
1. Vendedor ambulante – Litoral do Paraná. 2. Trabalho informal – Litoral do Paraná. 3. Vendedor ambulante – Matinhos. 4. Trabalhadores – Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 331.13

## TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **TIEME CARVALHO NISHIYAMA** intitulada: **Vendedor ambulante de Praias: trabalho ou trabalho informal? O sentido do trabalho**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 26 de Abril de 2019.



MAYRA TAIZA SULZBACH

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



ANDREA MAXIMO ESPINOLA

Avaliador Externo (UFPR)



ALAN RIPOLL ALVES

Avaliador Interno (UFPR)

## AGRADECIMENTOS

A caminhada do mestrado foi muito mais que um processo de aprendizado acadêmico, sem dúvida um dos momentos mais intensos da minha vida. Durante essa trajetória tive a graça e a felicidade de conhecer e conviver com pessoas incríveis, pessoas sem as quais eu não teria chegado ao final desta pesquisa.

Agradeço de todo coração primeiramente à minha mãe, por ser rocha, por não desistir desta filha, que às vezes é mais filha que os próprios filhos e principalmente por ser mãe dos meus filhos. Aos meus filhos por virarem minha vida de ponta cabeça trazendo emoções jamais imaginadas, os melhores filhos, os melhores amigos, os melhores companheiros. Amo vocês.

Imensa gratidão por toda receptividade, carinho e atenção aos vendedores e vendedoras ambulantes de Matinhos e também a toda equipe do Departamento de Fiscalização da Prefeitura.

À minha orientadora e amiga, Mayra Taiza Sulzbach, por acreditar nos meus sonhos, pelos puxões de orelha, conselhos, carinho, sinceridade, por me mostrar o mundo por outras lentes, por ter contribuído de maneira única nesta trajetória; sem dúvida ter você como professora, tutora e orientadora fez toda a diferença.

A todos os professores e professoras do Programa DTS, pelo carinho, paciência e empatia, em especial Valdir Frigo Denardin, Liliani Tiepolo, Cinthia Sena Abrahão, Luciana Vieira de Castilho Weinert, Luiz Everson da Silva, Alan Ripoll Alves, Rodrigo Arantes Reis, Rodrigo Rossi Horochovski e Daniela Archanjo. Gratidão também ao João Rafael Deron, pela paciência e atenção.

Agradeço a CAPES pela bolsa recebida durante o ano de 2018.

Expresso aqui o meu sincero carinho e agradecimento a Marcelo Cavadinha e Jurema Santos, por todo acolhimento nos momentos em que precisei de amparo emocional.

Menciono também duas amigas que foram essenciais no período mais pesado desta caminhada, Luana dos Santos Bueno e Carlos Artur Gallo. Não existem palavras para expressar o quão importantes vocês são no meu coração.

Ao Paulo Henrique Carneiro Marques (Paulinho), por ser um ser humano e companheiro incrível.

Às melhores pessoas que poderia ter conhecido na vida, por toda cumplicidade, carinho, troca, cuidado, amor, aventuras, viagens, lágrimas e sorrisos. Meu amor até o infinito à Juliana Greco Yamaoka, Jéssica Gislaine das Neves, Guadalupe Vazquez Torres (Lupita), Dionne do Carmo Araujo Freitas, Maristela Candido e Úrsula Fuscaldi Ferreira. Por fim, meu carinho incondicional aos colegas da turma DTS 2017 e a todas as amizades que fiz na UFPR Litoral. Gratidão.

Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas (AUDRE LORDE).

Aos meus filhos Lucas e Otávio e à  
minha mãe Lourdes.

## RESUMO

A presente dissertação apresenta os resultados da pesquisa social realizada com vendedores ambulantes de Matinhos, no Litoral do Paraná. O vendedor ambulante, por se fazer contemplar no mundo do trabalho, que possui uma dinâmica de organização produtiva e de subsistência da sociedade, exige estudos em especial, respeitando as dinâmicas locais. O trabalho de rua, reconhecido na sociedade contemporânea como comércio ambulante, existe de longa data e se caracteriza como uma atividade estabelecida nos espaços urbanos e, embora permitida em alguns contextos, é vista como uma atividade informal. Durante os meses de dezembro a fevereiro a movimentação de pessoas em Matinhos, (situado na costa oceânica do estado do Paraná), se eleva em busca da balneabilidade proposta pelo lugar. Para atender esta população não residente, centenas de moradores se organizam, juntamente com a administração pública municipal, para trabalhar e regulamentar, respectivamente, o uso do espaço. Interessa, assim, compreender o trabalho e o sentido do trabalho pelo vendedor ambulante do balneário no referido Município. Dessa forma, através da observação participante, de questionário e de entrevista, a pesquisa foi realizada, obtendo como principal resultado a confirmação de que o trabalho para a subsistência é fruto da organização dos homens frente à natureza, mas que mantém na contemporaneidade influência global da organização industrial de produção, especificamente no caso de Matinhos; um desenvolvimento pautado no turismo sazonal de sol e mar, movido pelo indivíduo dependente do trabalho assalariado industrial, aquele que dispõe de finais de semana e férias remuneradas.

**Palavras-chave:** Trabalho; Comércio Ambulante; Matinhos - Litoral do Paraná

## ABSTRACT

The present dissertation presents the results of the social research carried out with street vendors from Matinhos Litoral do Paraná. The street vendor, because he is contemplating in the world of work, who has a dynamic of productive organization and subsistence of society, requires studies in particular respecting the local dynamics. Street work, recognized in contemporary society as a traveling commerce, has long existed and is characterized as an activity established in urban spaces and, although allowed in some contexts, is seen as an informal activity. During the months of December to February the movement of people in Matinhos, located in the oceanic coast of the state of Paraná, in search of the balneabilidad proposed by the place. To meet this non-resident population, hundreds of residents organize themselves, together with the municipal public administration to work and regulate, respectively, the use of space. It is therefore interesting to understand the work and the meaning of the work by the street vendor of Caiobá beach in the municipality of Matinhos - PR. In this way, through the participant observation, the questionnaire and the interview, the research was carried out, obtaining as main result the confirmation that the work for subsistence is fruit of the organization of the men facing nature, but that maintains in the contemporaneous global influence of the industrial organization of production, especially of which the Matinhos structure is fundamental: a development based on the seasonal tourism of sun and sea and dependent on industrial salaried work, the one that disposes of paid weekends and vacations

**Key-words:** Keyword Work ; Street vendors ; Coast of Matinhos.

## RESUMEN

La presente disertación presenta los resultados de la investigación social realizada con vendedores ambulantes de Matinhos Litoral do Paraná. El vendedor ambulante, por hacerse contemplar en el mundo del trabajo, que posee una dinámica de organización productiva y de subsistencia de la sociedad, exige estudios en especial respetando las dinámicas locales. El trabajo de calle, reconocido en la sociedad contemporánea como comercio ambulante, existe de larga data y se caracteriza una actividad establecida en los espacios urbanos y, aunque permitida en algunos contextos, es vista como una actividad informal. Durante los meses de diciembre a febrero el movimiento de personas en Matinhos, situado en la costa oceánica del estado de Paraná, en busca de la balneabilidad propuesta por el lugar. Para atender a esta población no residente, cientos de residentes se organizan, junto con la administración pública municipal para trabajar y reglamentar, respectivamente, el uso del espacio. Interesa así comprender el trabajo y el sentido del trabajo por el vendedor ambulante del balneario de Caiobá del municipio de Matinhos - PR. De esta forma, a través de la observación participante, de cuestionario y de entrevista, la encuesta- fue realizada obteniendo como principal resultado la confirmación de que el trabajo para la subsistencia es fruto de la organización de los hombres frente a la naturaleza, pero que mantiene en la contemporaneidad influencia global de la sociedad la organización industrial de producción, especialmente de las que fundamentalmente la estructura de Matinhos: un desarrollo pautado en el turismo estacional de sol y mar y dependiente del trabajo asalariado industrial, aquel que dispone de fines de semana y vacaciones remuneradas.

**Palabras-clave:** Trabajo; Vendedor ambulante; Litoral del Matinhos.

## RÉSUMÉ

La présente thèse présente les résultats des recherches sociales menées avec les marchand ambulant de Matinhos, de la Côte du Paraná. Le marchand ambulant, parce qu'il envisage le monde du travail, qui a une dynamique d'organisation productive et de subsistance de la société, exige des études en particulier dans le respect de la dynamique locale. Le travail de rue, reconnu dans la société contemporaine comme un commerce itinérant, existe depuis longtemps et se caractérise par une activité établie dans les espaces urbains et, même s'il est autorisé dans certains contextes, il est considéré comme une activité informelle. Au cours des mois de décembre à février, le mouvement des personnes à Matinhos, situé sur la côte océanique de l'État de Paraná, à la recherche de la balnéaire proposée par le lieu. Pour faire face à cette population non résidente, des centaines de résidents s'organisent avec l'administration publique municipale pour travailler et réglementent, respectivement, l'utilisation de l'espace. Il est donc intéressant de comprendre le travail et la signification du travail réalisé par le vendeur ambulant de la plage de Caiobá dans la municipalité de Matinhos - PR. Ainsi, à travers l'observation participante, le questionnaire et l'interview, la recherche a été effectuée, obtenant comme résultat principal la confirmation que le travail de subsistance est le fruit de l'organisation des hommes face à la nature, mais qu'il maintient dans l'influence globale contemporaine du organisation industrielle de la production, dont la structure de Matinhos est fondamentale: un développement basé sur le tourisme saisonnier du soleil et de la mer et dépendant du travail salarié industriel, celui qui dispose de week-ends et de congés payés.

**Mots-clés:** Travail ; Vendeur de rue ; Côte du Matinhos.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LITERATURAS .....	50
TABELA 2 – TEMPO DE DEDICAÇÃO À ATIVIDADE DO COMÉRCIO AMBULANTE .....	52
TABELA 3 – SITUAÇÃO DA LICENÇA DE LICENÇA DOS AJUDANTES NO COMÉRCIO AMBULANTE NA TEMPORADA EM CAIOBÁ – MATINHOS – PR.....	53
TABELA 4 - TEMPO DE DURAÇÃO DA RENDA OBTIDA NA TEMPORADA DE VERÃO PELOS VENDEDORES AMBULANTES DE CAIOBÁ MATINHOS-PR .....	54
TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO OU NÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES EM PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DISTRIBUTIVA DO PODER PÚBLICO .....	55
TABELA 6 – TEMPO DE TRABALHO COMO VENDEDOR AMBULANTE NA PRAIA DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR.....	55
TABELA 7 – SITUAÇÃO DE PROPRIEDADE DA RESIDÊNCIA DOS VENDEDORES AMBULANTES DO BALNEÁRIO DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR.....	58
TABELA 8 – ESTADA CIVIL DOS VENDEDORES AMBULANTES DO BALNEÁRIO DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR.....	59
TABELA 9 – ESTRUTURA FAMILIAR DOS VENDEDORES AMBULANTES DO BALNEÁRIO DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR.....	60

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	MEMORIAL .....	15
1.2	O CAMPO DE PESQUISA .....	17
1.3	OBJETIVOS .....	19
1.3.1	Objetivo Geral .....	19
1.3.2	Objetivos Específicos .....	19
<b>2</b>	<b>A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA MERCANTIL PARA A ECONOMIA DE MERCADO.....</b>	<b>21</b>
2.1	O MERCADO DE TRABALHO FORMAL OU O EMPREGO .....	23
2.2	FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO BRASIL.....	24
2.2.1	A tardia industrialização brasileira .....	25
2.3	O TRABALHO INFORMAL .....	26
<b>3</b>	<b>A REGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL .....</b>	<b>29</b>
3.1	SINDICATOS .....	29
3.2	CONSTITUIÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT) NO BRASIL .....	31
3.3	PROTEÇÃO SOCIAL: DA PREVIDÊNCIA A ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	32
<b>4</b>	<b>O COMÉRCIO AMBULANTE E O VENDEDOR AMBULANTE .....</b>	<b>35</b>
<b>5</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DE MATINHOS .....</b>	<b>37</b>
5.1	ESPAÇO POLÍTICO - ADMINISTRATIVO.....	37
5.2	REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO TEMPORÁRIO AMBULANTE EM MATINHOS .....	41
5.3	ASSOCIAÇÃO DOS AMBULANTES DE MATINHOS .....	43
<b>6</b>	<b>COMPONENTES METODOLÓGICOS.....</b>	<b>44</b>
6.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	44
6.2	POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA .....	48
6.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	49
6.4	PLANEJAMENTO DA PESQUISA .....	50

<b>7</b>	<b>DIMENSÕES/CATEGORIAS CONCEITUAIS/TEÓRICAS DO COMÉRCIO AMBULANTE EM MATINHOS .....</b>	<b>51</b>
7.1	O TRABALHO DO VENDEDOR AMBULANTE.....	51
7.2	CATEGORIA TRABALHO E OS VENDEDORES AMBULANTES .....	56
7.3	O TRABALHADOR AMBULANTE .....	57
7.4	O SENTIDO DO TRABALHO .....	61
7.5	O TRABALHO PARA ALÉM DO COMÉRCIO AMBULANTE OU ALÉM DA TEMPORADA .....	64
7.6	ASSOCIAÇÃO DOS VERDADEIROS VENDEDORES AMBULANTES DE MATINHOS.....	66
7.7	RELACIONAMENTO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	68
7.8	SUGESTÕES PARA MELHORAR O TRABALHO DO VENDEDOR AMBULANTE NA PRAIA.....	69
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO .....</b>	<b>81</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA .....</b>	<b>82</b>
	<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 MEMORIAL

Em 28 de setembro de 2011, após morar seis anos no Japão, retornei ao Brasil. Eu, então com 26 anos e meus dois filhos, Lucas, na época com um ano e nove meses, e Otávio com apenas seis meses de vida chegávamos em Matinhos, litoral do Paraná, cidade que até então conhecia apenas como roteiro de viagem de férias na infância e que há alguns anos já era local de residência dos meus pais.

Planejei o retorno ao Brasil durante a gravidez do Otávio numa conversa com a minha mãe pela internet, após ela me contar sobre um campus da Universidade Federal do Paraná que havia sido criado em Matinhos, a UFPR Litoral. Fiquei empolgadíssima e decidi, naquele momento, que não só voltaria ao Brasil, como também retomaria aos estudos.

Tão logo retornei, me dediquei a estudar para o vestibular e assim, em julho de 2012, fui aprovada no curso Gestão Pública. Durante a graduação, de noite me dedicava aos módulos do Curso e, de dia participei da Iniciação Científica e do Programa de Educação Tutorial (PET).

A experiência acadêmica me proporcionou uma formação crítica e cuidadosa em relação a questões políticas, administrativas, econômicas e sociais. As relações de poder, a disputa de interesses, os processos burocráticos, contextos que fazem parte do cotidiano da administração pública foram fundamentais para minha compreensão frente à temática desta pesquisa.

No período de férias de final de ano trabalhava como vendedora em uma loja de biquínis. Emprego temporário, sem registro em carteira, sem horário definido, sem adicional noturno, sem folga. Estas eram as características da venda da força de trabalho comum em um município balneário de praia, distante da região metropolitana de Curitiba 100 km.

A vivência do trabalho na temporada e a experiência na Universidade me permitiram observar e refletir sobre o cotidiano da organização do trabalho em Matinhos, tanto por vendedores ambulantes, que passavam diariamente em frente à loja em horários variados, como para lojistas e funcionários.

Naquele tempo presenciei alguns acontecimentos: uma senhora vendedora ambulante teve o carrinho, que utilizava para carregar os produtos que vendia na praia, saqueado durante a noite, perdendo seu estoque de bebidas e as cadeiras de praia e guarda-sóis que alugava e; alguns lojistas que reclamavam dos vendedores de cangas, sungas, biquínis, entre outros que

paravam seus carrinhos no calçadão, vendendo a preços menores e não pagavam aluguel, impostos, energia, empregados, entre outros.

Eu não fazia à menor ideia se as afirmações dos lojistas eram verdadeiras ou falsas, mas ao escutar certas conversas, refletia sobre a vida dos vendedores ambulantes, me instigava a descobrir quais motivos levavam aquelas pessoas a trabalhar como ambulante, no sol e só na temporada; Por que eles trabalham naquelas condições? Será que eles gostavam? Os recursos eram suficientes para eles se manterem e manterem suas famílias? Eles trabalhavam ou não depois da temporada? Seriam eles de Matinhos?

Movida por essas inquietações, que eram cheias de incertezas, sobre este novo lugar que passei a viver, e com o término da graduação, escrevi meu projeto de pesquisa para ingressar no mestrado. Encontrar respostas para algumas dessas questões, e compreender qual o sentido do trabalho para aquelas pessoas se torna realidade, após sete anos morando em Matinhos, litoral do Paraná

## 1.2 O CAMPO DE PESQUISA

As transformações nas sociedades não é algo novo, como se pode observar através dos livros de histórias. No entanto, uma ocorreu de forma exponencial, ocasionando profundas mudanças na estrutura da sociedade: a mecanização como instrumento da produção no século XVIII, a qual elevou a produtividade do homem e com ela o trabalho, recebe um novo sentido nas sociedades, acompanhado de um determinismo econômico, que persiste na sociedade contemporânea (POLANYI, 2000).

A organização da produção industrial permitiu com que o trabalho - uma categoria do mundo dos homens, fundada na relação entre o homem e a Natureza, na qual o homem “por sua própria ação, medida, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, *apud* LESSA, 2007, p. 131) - fosse reduzido ao trabalho assalariado, ou seja, a uma mercadoria regida pelo capital, o trabalho abstrato.

Polanyi (2000) resgata a história desta grande transformação, demonstrando que a organização da produção industrial promoveu mudanças nas estruturas sociais a partir de movimentos que vinham tanto da direção da classe dos trabalhadores como da dos proprietários, inclusive reestruturando o papel do Estado naquelas sociedades.

Entre os movimentos se destacaram a formação da classe trabalhadora e dos patrões e a organização dos trabalhadores em sindicatos e em cooperativas de produção. Enquanto sindicatos acabaram por conquistar direitos trabalhistas que passaram a constituir parte fundante das leis trabalhistas em diferentes países, e enquanto cooperativas promoveram mudanças na organização da produção suprimindo a classe dos patrões, tornando-se proprietários dos meios de produção, transformação que não vigorou por muito tempo, pois implicaria numa transformação de estrutura social da recém fundada economia capitalista e formação das classes.

Com maior força, persiste nas sociedades industriais a acumulação do capital pelos proprietários dos meios de produção, os sindicatos dos trabalhadores e a regulação do trabalho assalariado pelo Estado, estes dois últimos perdendo espaço nas crises do capitalismo global.

Dada as diferentes crises do capital, em especial decorrentes da concorrência global e do desenvolvimento tecnológico, o trabalho assalariado, formalizado, necessitou assumir outras formas mais flexíveis e desregulamentadas, permitindo a expansão da acumulação do capital. Entre as outras formas está o trabalho “informal”, que surge no processo de transformação e expansão do mundo do trabalho, no qual trabalhadores se inserem na

sociedade contemporânea de maneira cada vez mais complexa e fragmentada (ANTUNES, 2009).

Entendendo que o trabalho é uma categoria do homem, que com ele articula a teleologia e causalidade (mediação entre homem e natureza), promovendo sua subsistência, e também uma categoria que atende à necessidade da sociabilidade (ser social), produzindo diferentes formas de organização social, a categoria trabalho denomina-se diferentemente conforme as características de sociabilidade, tal como o trabalho abstrato nas sociedades sob a regência do capital. Neste sentido, emprego, trabalho formal e trabalho informal se tornam categorias de trabalho de dimensões históricas, ou seja, dimensões definidas no espaço/tempo. Assim, nas diferentes sociedades, o trabalho responde às dinâmicas de organização produtiva e de subsistência, exigindo que se estude o trabalho conforme a dinâmica de cada local.

No município de Matinhos, localizado na região do litoral do Estado do Paraná – Brasil, durante os meses de dezembro a fevereiro o fluxo de pessoas eleva-se significativamente em relação aos outros meses do ano. Esses meses correspondem ao período do ano com temperaturas mais elevadas, o verão, no Sul do Brasil, e também ao período de férias escolares, estrutura fundante, da sociedade brasileira.

Em um cenário de natureza de sol e mar com milhares de pessoas que se deslocam em busca de lazer ou turismo, também se observa centenas de trabalhadores que se organizam, juntamente com a administração pública municipal para trabalhar e regulamentar, respectivamente, o uso do espaço.

Anos sucessivos, nos curtos espaços de tempo de verão e/ou de férias escolares, organizam-se nas areias das praias dos balneários de Matinhos a venda de alimentos, bebidas, roupas, entre outros produtos por trabalhadores denominados de vendedores ambulantes.

A história da origem do município de Matinhos conta com registros da ocupação do solo ligada a balneabilidade sazonal, e com uma população residente migrante do interior do estado do Paraná, as residem em áreas mais afastadas do mar, já que as populações não residentes se instalam mais próximas ao mar.

Para atender aos serviços de lazer da população não residente e de forma temporária, o poder público municipal viabiliza o licenciamento da população local para atuar como vendedor ambulante, de modo que esta possa realizar o trabalho de vendedor ambulante, muitas vezes designado de “informal” no Brasil, pela não contribuição à previdência social.

O trabalho de vendedor ambulante nas temporadas de verão de Matinhos é resultado de múltiplas relações, entre elas, população residente com a administração pública municipal,

população residente com não residentes, população residente com Associação dos Vendedores Ambulantes, enfim, relações entre homens que organizam para produção e troca no local, na qual trabalhadores temporários, supostamente proporcionam o sustento seu e de sua família fora do período de temporada no Município.

Com base no exposto acima, e levando em consideração que uma sociedade só existe em decorrência da existência do homem e da natureza, da qual ele faz parte e promove sua subsistência, Matinhos, além de um município, é uma sociedade organizada por homens sobre um espaço que dispõem de “recursos naturais” definidos pela sua posição no planeta terra. Recursos específicos que induzem uma organização social específica de trabalho no local, porém que também leva em consideração o modo de organização social da produção capitalista, que tem em sua centralidade a troca do produto do trabalho humano por dinheiro. Trabalhadores assalariados, originários do modo de produção capitalista, detentores de salários mensais, de finais de semana e nas férias remuneradas e de outras conquistas, derivadas dos movimentos da classe trabalhadora e de seus sindicatos, são em Matinhos “não trabalhadores, turistas ou veranistas”, que movem a população local para o trabalho, a fim de atendê-las. É com base nesta contextualização que aqui se busca responder se é possível designar a esta organização do trabalho local como informal ou se esta é uma forma de organização de trabalho ou social específica que não pode ser classificada igualmente aos pressupostos de uma sociedade de mercado? Por assim ser, esta pesquisa se propõe a compreender o trabalho e o sentido do trabalho, a partir dos vendedores ambulantes do balneário de Caiobá do município de Matinhos, Litoral do Paraná.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o trabalho e o sentido do trabalho temporário dos vendedores ambulantes de Caiobá, município de Matinhos - PR.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Contextualizar a origem do trabalho formal e suas transformações para que se possa compreender o sentido do trabalho informal no espaço de realização da pesquisa;
- b) Contextualizar o espaço físico e a origem do espaço social aonde ocorre a pesquisa, bem como a regulação dos atores sujeitos da pesquisa;
- c) Descrever a regulamentação do trabalho temporário em Matinhos – PR;
- d) Descrever a dinâmica do trabalho dos vendedores ambulantes e o sentido do trabalho a partir dos vendedores ambulantes temporários em Matinhos - PR.
- e) Analisar o sentido do trabalho ambulante através dos vendedores ambulantes no período de veraneio em Matinhos.

## **2 A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA MERCANTIL PARA A ECONOMIA DE MERCADO**

Durante o período da Revolução Industrial no século XVIII, houve um considerável avanço no desenvolvimento dos instrumentos de produção, sendo esse acompanhado de uma grave desarticulação na vida das pessoas comuns. A esse processo Polanyi (2000) denominou “moinho satânico”, pela má compreensão dos problemas acarretados pela propagação da ideia de progresso econômico, acompanhado de consequências sociais de forma indiscriminada.

Não é preciso entrar em minúcias para compreender que um processo de mudança não-dirigida, cujo ritmo é considerado muito apressado, deveria ser contido, se possível, para salvaguardar o bem-estar da comunidade. Essas verdades elementares da arte de governar tradicional, que muitas vezes refletiam os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagadas do pensamento dos mestres do século XIX pela ação corrosiva de um utilitarismo cru, aliada a uma confiança não-crítica nas alegadas propriedades auto curativas de um crescimento inconsciente (POLANYI, 2000, p. 51).

Para além dessa visão economicista de sociedade, compreendida enquanto promotora de crescimento, Polanyi (2000) apresenta uma visão ampla do imperativo do desenvolvimento econômico em detrimento do social, resgatando a história de sistemas econômicos que não estão baseados apenas em princípios mercadológicos, propondo abordagens que reconheçam outros princípios que permeiam a economia, abrindo assim novas possibilidades de se pensar alternativas de promoção do desenvolvimento (RODRIGUES; SANTOS, 2017).

Diversas questões referentes à vida social passaram a ser definidos nos moldes de troca mercantil. Assim, de um lado os seguidores da ideia de livre mercado e de outro o Estado regulador tornaram-se os principais articuladores e organizadores das questões econômicas e sociais de diferentes sociedades.

Polanyi (2000) retrata que, nas sociedades pré-capitalistas a produção e distribuição de bens estavam incrustadas em relações sociais, as quais desencadeavam relações econômicas, reguladas pelos próprios envolvidos nas relações. Desse modo, as trocas mercantis eram apenas acessórios à uma estrutura controlada e regulada por atores sociais.

É importante ressaltar que foi juntamente com a transição do modo de produção feudal para o capitalismo que se definiu o valor de uso da mercadoria pelo valor de troca, estabelecendo inclusive o homem como mercadoria:

No feudalismo havia a predominância do valor de uso, sendo apenas o excedente transformado em mercadorias a serem trocadas no mercado. A troca, nesse caso, visava a aquisição de outras mercadorias que viriam a satisfazer as necessidades da comunidade. Com o capitalismo, o valor de troca passa a preponderar e dominar toda a economia. Se antes a produção estava voltada para a satisfação da comunidade local, agora no novo modo de produção em desenvolvimento, a produção de mercadoria passa a ser a regra dominante. E a forma de produzir mercadorias no capitalismo esta fundada na exploração de força de trabalho “livre”, que também virou mercadoria, responsável pela produção de mais valia. Observa-se então a passagem para uma “sociedade de mercado generalizado” onde a troca está orientada para a reprodução do capital, e não mais para a satisfação das necessidades (SOARES, 2008, p. 34).

Para Rodrigues e Santos (2017) Polanyi chama a atenção das ruínas das estruturas sociais, diante da visão empregada pelo mercado, tornando-se praticamente impossível não acreditar no utilitarismo econômico do ser humano, afetando por consequência todo o tecido social, modificando o pensamento e os valores da sociedade:

A percepção que fica é que Polanyi, a partir do caso inglês, descreve a existência de “dois mundos” e, quiçá, a construção de um novo. Antes da Revolução Industrial existia um “mundo” em pleno funcionamento, governado e regido por costumes específicos, sustentado por padrões em que as relações sociais eram tecidas de uma forma particular. A grande transformação fez ruir toda essa estrutura, as intuições e os pilares básicos desse “mundo” cederam lugar a novos; à sociedade coube apenas o doloroso processo de se adequar às novas estruturas. Emerge então, durante a Revolução Industrial, um “segundo mundo”. Neste mundo as relações de mercados foram sendo estendidas tornando-se mais densas e difusas, enquanto as relações próprias da vida em comunidade em família foram sendo subordinadas à lógica do mercado, passando a economia de mercado a assumir uma vida própria e dominar a vida social (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 173-174).

A transformação da sociedade, trazida por Polanyi (2000), ocorreu de forma exponencial, rompendo com as redes de segurança e trazendo novas demandas, ao passo que não fora possível recriar novas redes de segurança pela sociedade. Para o autor, a transformação da sociedade ocorreu de certa forma pelo mercado bloquear a imaginação do homem, que foi alimentado pela ideia do determinismo econômico.

Na concepção de Polanyi (2000), o mercado não encontrou soluções sozinho, passou por movimentos sociais tanto de trabalhadores como de produtores, ampliando o papel do Estado na economia, desviando o olhar da população ao que interessava, passando a responder às demandas da economia de mercado e do Estado.

## 2.1 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL OU O EMPREGO

Em decorrência das transformações do modo de produção artesanal da economia mercantil para a produção industrial da economia de mercado, de acordo com Bridi, Braga e Santana (2018), ocorreram novas configurações nas organizações do trabalho.

De acordo com Marx (2010), a classe dos trabalhadores nasce desse movimento de transformações, em oposição aos capitalistas, proprietários dos meios de produção.

Segundo Antunes (2003), a classe dos trabalhadores foi formada por trabalhadores produtivos e improdutivos, trabalhadores assalariados, pois os salários eram a expressão maior do preço da mercadoria, preço que permitia à formação de mais valia. Conforme o autor, o debate de classe de trabalhadores estava centrado no trabalho fabril, e sob a regência do capital formava a categoria de trabalho abstrato.

Na visão de Bridi, Braga e Santana (2018), mesmo no pós-industrialismo a categoria trabalho permanece imprescindível ao entendimento das sociedades, porém, merecendo sua distinção do emprego. De acordo com os autores, a Sociologia do Trabalho passou a discutir o conceito, as formas de trabalho e as diversas modalidades de emprego, bem como outras maneiras de obtenção de renda, seus sentidos e transformações a partir de perspectivas “econômicas, culturais, políticas, jurídicas que impactaram o trabalho, os trabalhadores, a ação coletiva e o sindicalismo” (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2018, p. 47).

Embora na teoria as palavras trabalho e emprego apontem para questões referentes a algum tipo de ofício; na prática, elas são significativamente distintas. Enquanto o emprego se apresenta como uma fonte de renda sem possuir vínculo ou ligação com o fruto de sua prática, o trabalho engloba questões como realização profissional, estilo de vida, entre outras.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2010, p. 211).

Para Marx (2010), é através do trabalho que o homem realiza uma atividade de transformação com um fim determinado. Ao se concluir o produto, o trabalho se encerra. O emprego por sua vez, é uma forma de organização do trabalho do sistema capitalista, no qual o homem desprovido de capital transforma-se em mercadoria vendendo sua força de trabalho por dinheiro, um contrato que se estabelece entre não proprietários e proprietários do capital

(MARX, 2010). A origem do emprego, ou trabalho abstrato, é historicamente determinado, ou seja, inicia com o advento da Revolução Industrial, e se consolida no século XIX, com a progressão da economia de mercado.

## 2.2 FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO BRASIL

De acordo com Soares (2008), o modelo de organização da produção capitalista vem se reestruturando no intuito de restabelecer as taxas de lucro do capital.

As crises sistêmicas nas sociedades, de acordo com Antunes e Alves (2004), são reestruturações que sofrem o capital, dando destaque as desencadeadas desde a década de 1970, as quais promovem novas configurações à classe trabalhadora, tornando-a mais complexa e fragmentada, em busca de valorização do capital.

Entre os ajustes para a valorização do capital, ocorre a desregulamentação do mercado de trabalho, evidenciando a ampliação do trabalho informal. Segundo Antunes (2009), com a flexibilização das relações trabalhistas, marcada pela desregulamentação do mercado de trabalho, direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos movimentos dos trabalhadores e sindicatos foram reduzidos.

Para Melo e Souto (2012), a ideia de flexibilidade não se limita apenas às pequenas unidades produtivas que atuam fora dos padrões de produção capitalista. O capitalismo se articula de maneira em que ambos os setores, formal e informal participem do processo de acumulação capitalista.

Não é mera casualidade, portanto, que os arranjos informais de emprego se ampliaram e se diversificaram com as experiências de desverticalização e enxugamento da típica organização fordista do trabalho através de iniciativas diversas de subcontratação e das demissões em massa nas grandes empresas (COSTA, 2010, p. 172).

O impacto da flexibilização na estrutura de trabalho fomentou um segmento de informalidade com características diversas frente às unidades produtivas que a literatura econômica denominava de “setor informal” (TAVARES, 2004).

Em decorrência da flexibilização e desregulamentação do trabalho formal, a classe trabalhadora apresenta-se na sociedade contemporânea de maneira mais complexa e

fragmentada, expandindo o escopo do trabalho ao setor informal, através da terceirização, do trabalho doméstico, do comércio ambulante, entre outros.

### 2.2.1 A tardia industrialização brasileira

No Brasil, a institucionalização do mercado de trabalho é marcada pela criação da Constituição das Leis Trabalhistas (CLT) em 1934, sendo o mercado de trabalho intensificado com a industrialização tardia no Brasil, que ocorreu na década de 1950, no Governo de Juscelino Kubitschek (CAPUTO; MELO, 2009).

Segundo Costa (2020), simultaneamente à regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, ocorreu à expansão de complexas formas de trabalho informal, como pequenas empresas de fundo de quintal em áreas urbanas e rurais, bem como formas diversas e precárias de trabalho autônomo e doméstico

[...] o medo do desemprego passou a coagir muito mais brutalmente a capacidade organizativa dos trabalhadores. Assim, a participação dos empregados formais caiu de 53%, em 1991, para 45%, em 2000. Em contrapartida, o grau de informalidade que era de 36,6% em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e para 50,8%, em 2000 (SABADINI; NAKATANI, 2002; CACCIAMALI, 2000, *apud* COSTA 2010, p. 172 ).

Para o autor, a expansão e a diversificação dos arranjos informais de emprego não são uma casualidade, são resultado da desverticalização e escoamento da organização fordista do trabalho através da prática de subcontratações e demissões generalizadas nas grandes empresas, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro após regulamentação, não foi capaz de incorporar parcela considerável da população em idade ativa, tampouco incluir trabalhadores rurais e outras categorias de trabalhadores urbanos. De acordo com Helal (2005), a mão de obra ocupada brasileira passou da atividade agropecuária para a urbana, abarcando relações de trabalho diversas, e a partir da década de 1990, a informalização e precarização no mundo do trabalho foram acelerados com o desemprego decorrente da busca por eficiência econômica internacional e estatal.

A abertura econômica e as privatizações pressionaram o processo de reestruturação produtiva sistêmica, sobretudo no setor secundário, de modo a afetar não apenas o nível do emprego, mas também a sua qualidade, com a flexibilização dos vínculos e dos regimes de trabalho (COSTA, 2010, p. 171).

De acordo com Oliveira (2003), a ruptura da dualidade entre formal e informal, deixou de ser vista quando as atividades consideradas não capitalistas ou rastros finais de formas pré-capitalistas de produção foram constatados como realidade empírica.

Isto se verifica no Brasil atual, por exemplo, pelas taxas que medem o trabalho informal, quando se igualam para o caso da região metropolitana de São Paulo e de Salvador, indicando um processo que se generaliza para as regiões mais desenvolvidas do país, símbolo da moderna industrialização, deixando, portanto, de ser uma característica típica das regiões menos desenvolvidas ou menos industrializadas caso do Nordeste e da Bahia, símbolos de uma industrialização “tardia” ou incompleta (DRUCK, 2011, p. 96).

Oliveira (2003), analisando a informalidade no Brasil como resultado do modelo de acumulação, focou seus estudos nas atividades informais ligadas à prestação de serviços, entendendo que, seu crescimento foi resultado basicamente da necessidade de direcionar o pouco recurso existente nos fundos de acumulação para as atividades industriais.

Com base no contexto exposto, o trabalho informal no Brasil surge antes mesmo da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. O trabalho informal apresenta-se como uma possibilidade de sustento aos que se encontram excluídos do mercado de trabalho.

### 2.3 O TRABALHO INFORMAL

As transformações decorrentes da reestruturação produtiva que deram origem ao trabalho informal exigem a compreensão da funcionalidade deste, bem como de sua origem no sistema capitalista. Acompanhando o ritmo das transformações no mundo do trabalho a classe trabalhadora sofre várias perdas, as quais podem ter contribuído para a ampliação do trabalho informal no Brasil.

Por outro lado, a globalização vivenciada nos anos 1990, pelos países Latino Americanos e do Sul, coloca em evidência diferentes modos de vida; diferentes mundos do trabalho, atividades e formatos de organização produtiva, esses, porém, sendo sobrepostos por um único modelo de organização produtiva, o do sistema capitalista. Estado e Mercado passam a ser instâncias supremas nas nações regulamentando o mundo do trabalho, definindo atividades e formatos de organizações produtivas (ZAOUAL, 2003), assim sendo, todas as outras formas de trabalho não regulamentadas poderiam ser tidas como informais.

Na academia, não só os trabalhadores são classificados como informais, como também as atividades e as organizações. Neste sentido, a informalidade é uma categoria de análise que vai além do trabalho, mas nos restringiremos a esta.

Para Barbosa (2011), o entendimento acerca do trabalho informal muda nos campos científicos da sociologia e da economia do trabalho, bem como se mesclam e variam “[...] dependendo de onde e para quem se produz o saber” (p. 105). Para o autor, a informalidade é um conceito coringa, utilizado para conceituar o trabalhador que não paga impostos, o trabalhador sem direitos sociais, uma cooperativa ou um pequeno empreendimento não formalizado. Neste contexto, o comércio ambulante ou a prestação de serviços por aqueles que não possuem local próprio ou daqueles que vivem em assentamentos urbanos ou rurais, entre outros são muitas vezes denominados de informais.

Segundo Araújo (2014), para além da diversidade que pode ser incluída neste conjunto, a flexibilidade é o elemento que caracteriza o trabalho informal, proporcionando fácil adaptação às mudanças, tanto no que se refere à rotina diária de trabalho, como aos instrumentos de controle do poder público. A autora salienta que, embora existam denominadores comuns que possam caracterizar o trabalho informal, é necessário que estes sejam considerados a partir de suas formas de organização, bem como expressem e combinem a dinâmica do sistema capitalista.

Araújo (2014, p. 16) trata informalidade como um setor, agrupado em três vertentes:

[...] a que vê o setor informal como produtor de bens e serviços para a população de baixa renda, sendo economicamente eficiente e com capacidade geradora de excedente [...] uma segunda, que concebe o setor informal integrado à economia e articulado com o setor formal, tendendo a fortalecer-se cada vez mais [...] e uma terceira que interpreta o setor informal a partir das relações do centro versus periferia, mediante as quais o setor capitalizado se aproveita do excedente gerado pelo setor informal.

Souza (1980), a partir da análise do funcionamento do mercado de trabalho em economias atrasadas, tal como a América Latina, evidencia o baixo crescimento na oferta de emprego. Para o autor, a maneira como o mercado se volta para as atividades produtivas urbanas, o crescimento elevado da economia no período pós-guerra, o intenso fluxo migratório para polos urbanos, entre outros gerou um excedente de mão de obra que, por não conseguir adentrar nas empresas organizadas, criaram seus próprios meios de sobrevivência.

Para Gerry (1978, *apud* LOPES, 2008) a relação de dependência entre os setores formal e informal é marcada pela submissão do último ao primeiro, uma vez que denotam

vínculos de pequenos comerciantes e grandes indústrias. Desta forma, os setores formal e informal se beneficiam e complementam um ao outro.

Logo a insuficiência de empregos por parte da indústria emergente, o pouco apoio dos serviços urbanos, bem como a escassez de reservas, acarretaram em um crescimento não capitalista do setor terciário (ARAÚJO, 2014).

A implantação de uma indústria moderna numa sociedade que não se revolucionou do ponto de vista capitalista, no sentido de não conseguir superar a carência de uma produção urbana sólida e consolidada, fez aflorar um quadro multiplicador de contradições, dentre as quais figura a inexistência de uma base de mão de obra capacitada e organizada para os serviços complementares (ARAÚJO, 2014, p.18).

### 3 A REGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

#### 3.1 SINDICATOS

Para Thompson (1968, apud GOMES, 2005), a constituição da classe trabalhadora se deu a partir de fatos históricos econômicos, políticos e culturais, compartilhados pelas experiências comuns de um grupo. A classe trabalhadora, assim, é a materialização de ideias, sistemas de valores, formas institucionais e tradições que marcam a constituição de uma identidade coletiva própria, que os distingue de outras classes.

Segundo Gomes (2005, p.19), uma classe só existe a partir de uma formação social e cultural, que pode ser prática ou intelectual:

[...] só se pode entender uma classe como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção, quanto a partir de suas tradições intelectuais, de seu modelo de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional.

A organização da classe operária, segundo Gomes (2005), ocorreu de maneira complexa no que se refere ao valor do trabalho em uma economia mercadológica, bem como, ao reconhecimento da classe operária como essencial e distinta de outras classes na sociedade.

Sewell (1981, apud GOMES, 2005) aponta que, a formação da classe trabalhadora exerceu um papel importante nas relações de produção e na consciência operária. A experiência vivenciada pelos trabalhadores durante o período da Revolução Industrial na Inglaterra foi apreendida pelo contexto histórico econômico, assim como pelos modelos característicos vinculados às tradições políticas e culturais da época. Polanyi (2000) destaca que, naquele período, as massas operárias definham em decorrência da exploração do trabalho, e do desamparo frente às garantias de trabalho.

Os sindicatos, que se caracterizavam pela coletividade de operários, passam a lutar contra as ordens arbitrárias do capital. A luta dos trabalhadores se dava no intuito “[...] de impedir ao menos atenuar os efeitos da concorrência, modificando os termos dos contratos, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos” (COGGIOLA, 2010, p.13).

Segundo Coggiloa (2010), os sindicatos dos trabalhadores, que tinham por objetivo fundamental defender a coletividade em busca de resoluções de problemas comuns, se tornaram representantes da classe operária da época, reagrupando aqueles que não estavam organizados, colocando-os em atividade, mesmo que com menor remuneração, fomentando

grandes massas operárias a reagirem às imposições de seus patrões, promovendo assim a emancipação do proletariado escravizado.

No ano de 1824, na Inglaterra, os sindicatos conquistaram o direito “à livre associação”, desta forma, as uniões sindicais (*Trade-Union*) espalharam-se, fortalecendo o operariado contra a exploração capitalista, influenciando na regulação dos salários.

*As trade-unions* passaram então a fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumento que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-se a toda categoria (ANTUNES, 2003, p. 16).

A classe operária, segundo Antunes (2003, p.38), com o objetivo de amparar os trabalhadores materialmente em momentos de greves, bem como em fases de dificuldade econômica criaram associações de auxílio mútuo. “A estas associações mutualistas sucederam as Uniões Operárias, que, por sua vez, com o advento da indústria, passaram a se organizar por ramos de atividades, dando origens aos sindicatos”.

A formação dos sindicatos foi para Antunes (2003) fundamental para a organização dos trabalhadores, uma vez que, ao conseguirem reduzir a concorrência entre os operários tornando-os unidos e solidários em sua luta, deram corpo aos movimentos de greves, que passaram a ser seu principal recurso contra os capitalistas.

O sindicalismo teve, ao longo de sua história, formação baseada em diferentes concepções ideológicas e possibilidades de práticas sociais que levaram a características distintas em cada país, mas em todos, representando forte peso social, decisivos nos contextos nacionais (ANTUNES, 2003).

Para Gomes (2005), a constituição da classe trabalhadora no Brasil foi decorrente principalmente de dois movimentos. O primeiro, durante a Primeira República, delineado por políticas e lutas dos trabalhadores, que marca a construção da identidade da classe operária como trabalhador e cidadão (participação políticas).

No início do século a “palavra” estava com aqueles que se auto-designavam socialistas e que, num momento extremamente complexo e denso, propunham em nível de discurso e de organização a participação política daqueles que trabalham. Esta experiência, efêmera e fragmentada, é rica em significados. Ela demarca o esforço de construção de uma identidade social para o operário, dando-lhe papel de destaque no mercado e, resguardado este lugar, defendendo a legitimidade de sua participação política (GOMES, 2005, p. 29).

O segundo movimento ocorreu entre os anos de 1942 e 1945, quando o Estado possuía liderança política, propondo uma identidade aos trabalhadores e um projeto político, contribuindo com recursos para sua difusão estratégica, bem como para bloquear qualquer manifestação ou concorrente contrária ao implemento de políticas públicas para legitimar a classe operária (GOMES, 2005).

Para Antunes (2003), a origem da classe operária no Brasil está ligada à substituição do trabalhador assalariado ao escravo, do mesmo modo à transferência dos lucros da atividade agrícola para a industrial, possibilitando a formação do capital industrial.

### 3.2 CONSTITUIÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT) NO BRASIL

Segundo Cezar (2008), foi no contexto da Primeira Guerra Mundial que as massas operárias europeias firmaram seus interesses e necessidades em serem consideradas na formulação de políticas públicas. De maneira semelhante, no Brasil, Cezar (2008) considera que a classe política intensificou as discussões e a elaboração de leis de seguridade ao trabalho, como ferramenta para desestimular possíveis golpes por parte de movimentos radicais, tanto de direita quanto de esquerda.

No ano de 1929, no Brasil, contabilizavam-se 2 milhões de desempregados (CEZAR, 2008) contra uma população de 30 milhões de habitantes (IBGE, 2018). Naquele ano, o salário dos trabalhadores urbanos e rurais sofreu um corte de 40% devido à queda do preço do café no mercado internacional, em razão disto, a população trabalhadora estava sendo sacrificada para manter o setor produtivo exportador (CEZAR, 2008).

Até 1929 Minas Gerais e São Paulo constituíam a chamada “política do café com leite”, alternando entre si o comando do Poder Executivo do país, quando o então presidente paulista Washington Luís recusou-se a apoiar um candidato de Minas Gerais, apoiando a candidatura de Júlio Prestes de São Paulo, o qual daria continuidade à política de proteção a cafeicultura. Desta forma, o Governo de Minas Gerais se alia ao do Rio Grande do Sul, que tinha como candidato Getúlio Vargas e vice João Pessoa, que fora assassinado, inviabilizando a posse do eleito Júlio Prestes (CEZAR, 2008).

Cresciam as medidas protecionistas do governo brasileiro para manter o setor produtor do café, implicando aumento da dívida pública e descontentamento de várias províncias contra esse tipo de política voltada quase exclusivamente à preservação dos interesses da elite paulista. O Rio Grande do Sul foi menos afetado

pela crise internacional em razão da produção, para consumo interno, de arroz e charque. Daí a importância crescente dessa província no cenário econômico e político brasileiro e sua participação ativa no golpe de 1930, que pôs fim à república velha (CEZAR, 2008, p. 14).

Em 1930, quando Getúlio Vargas toma posse de um governo provisório, com uma política nacionalista e populista, transfere para a União maior poder, bem como garante direitos aos trabalhadores (CEZAR, 2008).

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elaborada e instituída durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas, foi promulgada em 1º de maio de 1943 mediante o Decreto-Lei nº 5.243, “com pouca interferência do Poder Legislativo na sua elaboração ou ratificação” (CEZAR, 2008, p. 15). A CLT, de acordo com o autor, agregava direitos individuais e coletivos de trabalho, fiscalização e direito processual do trabalho.

Para Cezar (2008), os avanços pontuais, no patamar de direitos trabalhistas instituídos na década de 1930 e no início da década de 1940, somados a algumas previsões do Código Civil de 1916, suplantaram as restritas normas trabalhistas da década de 20, dando origem a uma legislação trabalhista esparsa, consolidada na forma da CLT.

### 3.3 PROTEÇÃO SOCIAL: DA PREVIDÊNCIA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao analisar os desdobramentos do capitalismo, Ian Gough (1978, *apud* SILVA, 2011) considera que a acumulação do capital que promove a organização da produção industrial produz constantemente novas demandas na área de política social. A industrialização se tornou tanto promotora do trabalho assalariado como fator de preocupações com o enfrentamento da velhice e enfermidades, decorrente da falta de renda, entre outros.

Esta forma de organização da produção, que cria o trabalho assalariado, apresenta inseguranças inexistentes anteriormente:

[...], sobretudo, pelo desemprego ou perda de salário por qualquer razão, deixando o trabalhador assalariado e a sua família expostos a diversas dificuldades, sem ter como superá-las, pela inexistência de rendimentos (SILVA, 2011, p.51).

Para Silva (2011), num cenário de instabilidades e tensões políticas, o sistema de proteção social pode ser um meio possível para promover renda aos trabalhadores frente ao desemprego, bem como o sistema pode ser acionado diante da incapacidade temporária ou

permanente para o trabalho. Segundo Behring e Boschett (2006), políticas sociais e medidas de proteção social são desdobramentos decorrentes de formas de enfrentamento de diversas representações nas relações capital/trabalho.

[...] as políticas sociais no âmbito do Estado social, constituíram-se para atender às reivindicações dos trabalhadores assalariados, os quais em face do pacto social com os capitalistas que incluía a busca do pleno emprego adquiriam grande capacidade de pressão política e negociação econômica. Mas também estas políticas se estabeleceram por necessidade e interesse do capital [...] (SILVA, 2011, p.52).

Fernandes (2005), ao contextualizar o funcionamento da proteção social nas sociedades capitalistas do ocidente, escreve que a dinâmica engloba um conjunto de práticas na área da previdência, assistência social e saúde, que são atreladas diretamente as demandas de assalariamento. Por sua vez, o estabelecimento de um estatuto delimitador da condição do trabalhador assalariado permitiu a promoção de novas formas de proteção, bem como a precarização do trabalho tornou-se condicionante à não-segurança social (CASTEL, 1998).

As lutas de direitos do trabalho no Brasil foram sucedidas por direitos sociais que possuem seu marco na Constituição Federal de 1988, artigo 194: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 2018a).

De acordo com Monnerat e Souza (2011), a redemocratização brasileira da década de 1980 introduziu os direitos sociais como universais e condições de cidadania, integrando na noção da seguridade social três formas de configuração de políticas públicas: assistência social, saúde e previdência.

A assistência social, diferentemente dos direitos à saúde e à previdência, ainda não apresentava nenhuma normatização nacional até a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. LOAS, segundo Sposati (1998), acrescentou na discussão de proteção social a teoria de Mínimos Sociais em seu art. 1º, que estabelece a assistência social como um: “direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 2018b). Ou seja, diferentemente da previdência, que é uma proteção social somente garantida mediante contribuições.

De acordo com Sposati (1998), a definição de mínimos sociais pode ser respaldada numa condição de mínimos fundamentados na pobreza e na sobrevivência ou numa condição

de ampla cidadania baseada num ideal básico de inclusão. Para o autor, a ideia de mínimos sociais no Brasil se inicia com a fixação do salário mínimo, pela regulamentação salarial, que o trabalho como meio de acesso a essa subsistência individual, tendo o Estado o papel de proteger o trabalho. Para Sposati (1998, p. 207), “adotar a conduta minimalista é incorrer em uma concepção reducionista que toma por referência a vida do limiar da subsistência biológica, que, no caso do salário mínimo, equivalia a ter condição para trabalhar”. Assim, a seguridade social não poderia ficar restrita ao trabalho, devendo incluir a todos com um conjunto de bens, serviços e benefícios.

As discussões acerca da seguridade social, pela assistência social, foram difíceis por tratarem de um direito não contributivo, o que para Colin e Fowler (1999) decorreu da falta de entendimento do que é assistência social, que trata de um conjunto de bens e serviços fornecidos pelo Estado, uma política pública estratégica de redistribuição, estendendo o direito a todos, independentemente de qualquer contribuição prévia, de tal modo que a assistência social permite uma transferência de renda.

#### 4 O COMÉRCIO AMBULANTE E O VENDEDOR AMBULANTE

Segundo exposto por Andrade (2014), no Brasil, o trabalho de rua faz parte da sociedade brasileira desde a época de seu descobrimento. Existem documentos datados do século XV e XVI que registram formas de trabalho associadas diretamente a rua como carregadores de mercadorias para navios, transporte de pessoas nas cidades nascentes, entre outros.

Mesmo após o ano de 1822, com a Independência do Brasil proclamada (SIQUEIRA, 2006), bem como com o processo de abolição da escravatura, 1888 (SALES, 2017), o trabalho de rua em suas diversas formas permaneceu como atividade corrente, principalmente da população negra (ANDRADE, 2014).

Nesta perspectiva, Brandão (2008) também compreende que, o trabalho de rua, como comércio ambulante, existe de longa data, característico de uma atividade estabelecida em espaços urbanos, embora permitida em alguns contextos, é vista como uma atividade informal na sociedade contemporânea. É uma atividade que se concentra em espaços como praças, ruas de grandes fluxos de pedestres, praias, ou seja, qualquer local que se concentre possíveis consumidores (ANTUNES; ALVES, 2004).

Para Spink (2009), o trabalho ambulante está inserido em um contexto econômico denominado de “nanoeconomia”, que se fundamenta na criação de alternativas de trabalho que não se contemplam nas relações de trabalho regulamentadas pela legislação trabalhista, sendo conduzida em diferentes contextos, de maneira complexa e organizada.

Durães (2006) compreende o comércio ambulante no Brasil como: uma atividade na qual o trabalhador encontra sua sobrevivência, buscando suprir suas necessidades imediatas como alimentação e moradia. Segundo o autor, neste contexto encontram-se os vendedores de alimentos como lanches, doces, petiscos, bebidas, entre outros. Em decorrência da busca cotidiana para a sobrevivência, esses vendedores se tornaram conhecidos por criar, recriar e inovar com estilos e técnicas diferenciadas de venda constantemente, as quais não existem nos meios formais (DURÃES, 2006).

Para Tavares (2004), os vendedores ambulantes compõem uma categoria de trabalhadores que não possuem regulamentação trabalhista, e a renda obtida atende essencialmente o sustento familiar ou a manutenção da atividade. A inserção destes trabalhadores no mundo do trabalho pode ocorrer a partir de empregos de base familiar,

atividades artesanais, prestação de serviços em geral, atividades ocasionais diversas, proprietários de pequenos negócios, entre outros (FERNANDES, 2005).

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), um documento do Ministério do Trabalho e Emprego que define as ocupações do mundo do trabalho no Brasil, vendedores ambulantes como aqueles que:

Vendem mercadorias em vias e logradouros públicos. Estipulam prazos e condições de pagamento e fornecem descontos nos preços. Planejam atividades de vendas e definem itinerários. Compram, preparam e transportam mercadorias para venda, visitam fornecedores, fazem levantamento de preços e negociam preços e condições de pagamentos. Providenciam licença para exercer a ocupação [...] O acesso ao trabalho é livre, encontrando-se pessoas com escolaridade heterogênea [...] Atuam em vias e logradouros públicos, a pé, carregando a própria mercadoria junto ao corpo, em sacolas, malas, bolsas ou carrinhos de mão. Trabalham sem vínculo empregatício, como autônomos, a céu aberto ou em veículos automotores ou de tração animal. Trabalham em horário diurno ou noturno, em pé, por longos períodos, sujeitos à exposição de ruídos, condições adversas de temperatura e material tóxico, que pode resultar em estresse (BRASIL, 2010, p. 825).

Segundo Xavier (2014), a CBO ao traçar tal classificação não dá conta de apreender toda a diversidade e complexidade das formas de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. No entanto, a autora reconhece que, essa classificação demonstra um avanço significativo para a caracterização dos trabalhadores ambulantes.

A circunstância de trabalho vivenciada pelos ambulantes e em particular os vendedores ambulantes de praia, público alvo desta pesquisa, é extremamente influenciada por diversos condicionantes de natureza externa, como: falta de infraestrutura, variação meteorológica, falta de apoio da administração pública, sazonalidade (XAVIER, 2014).

Entre outros estudos sobre o comércio ambulante de praia está o de Fernandes (2008) que se concentra em compreender o setor informal da economia da cidade de Natal – RN, mas especificamente a relação dos atores sociais e a existência de políticas direcionadas direta ou indiretamente a este setor da economia e seus territórios.

Outro estudo é o de Xavier (2014) que aborda a atividade do vendedor ambulante: suas competências profissionais articuladas aos saberes, habilidades e comportamento para a resolução de problemas em situações concretas de trabalho. Já Araújo (2014) em sua pesquisa se dedica a investigar como o comércio ambulante se incorpora na paisagem do centro de Recife - PE levando em consideração a história própria daquele lugar.

## 5 CONTEXTUALIZAÇÃO DE MATINHOS

### 5.1 ESPAÇO POLÍTICO - ADMINISTRATIVO

Para iniciar uma investigação exploratória dos vendedores ambulantes, faz-se necessário contextualizar as multidimensionalidades territoriais de Matinhos, litoral do Paraná.

A criação deste território múltiplo antecede a sua constituição político-jurídica, perpassa pelo olhar das pessoas que agiram na sua dinâmica social, e pela sua configuração territorial de espaço geográfico.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), Matinhos encontra-se localizado na região costeira ao Oceano Atlântico, litoral, de outra instância política-administrativa, o estado do Paraná, a 110 km da capital do estado Curitiba, ocupando uma área territorial de 117,743 km<sup>2</sup>. Sua formação administrativa como Distrito de Paranaguá foi datada em 1951, através da Lei estadual nº613, de 27 de janeiro. Passados mais de dez anos de tramites jurídicos, Matinhos desmembra-se de Paranaguá, tornando-se Município pela Lei estadual nº 5.743, de 13 de março de 1968.

De acordo com último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), realizado no ano de 2010, a população do Município era de 29.428 habitantes, com uma população estimada para 2018 de 34.207 habitantes.

Existem no município de Matinhos 33.100 domicílios particulares, destes, 9.761 são domicílios ocupados o ano todo e 23.339 são classificados como não ocupados, ou seja, são aqueles ocupados apenas um período durante o ano.

A história de Matinhos foi contada por João José Bigarella, morador de Matinhos, em seu livro “Matinho: Homem e Terra Reminiscências” (2009), no qual o autor relata sobre sua vida e de outros na região.

Conhecemos parte do que fora “matinho”. Frequentamos o balneário de Matinhos desde 1931. De certo modo acompanhamos seu desenvolvimento através dos anos, a princípio muito lento e ultimamente acelerado e desordenado. No começo, apesar de não oferecer as facilidades da cidade, era um lugar agradável e encantador. Hoje como cidade grande, deixou de ter aquele “sabor” de outrora, da natureza primitiva. Os tempos são outros. Do passado restam apenas reminiscências (BIGARELLA, 2009, p. 18).

Nesse trecho, a historicidade de Matinhos registra ser anterior a sua formação jurídica, ou seja, um processo que resultou em uma formação político-jurídica. Matinhos teve sua emancipação política-jurídica, muito ligada ao uso balneário proporcionado pelas vias de acesso. Matinhos passa de Vila a Distrito em 1951, tornando-se Município em 1968 (IBGE, 2017).

A população matinhense, segundo Bigarella (2009), é uma miscigenação europeia com a população que no local habitavam: colonização portuguesa e povos indígenas, dando origem aos Caboclos. População que passa a receber a população de Curitiba e região metropolitana para fazer uso de seus recursos naturais, sol e mar, em meados da década de 1920. Os “banhistas”, como eram conhecidos nesta época, frequentavam o litoral no período de férias de verão e de inverno.

O deslocamento da população do planalto para o litoral, ou seja, do oeste do estado do Paraná para Matinhos foram alavancados pelos investimentos em estradas que data 1885, com a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, com o objetivo de atender o porto dom Pedro II, inaugurado em 1911, e construção autorizada em 1884 (FREITAS, 1999). A rota Paranaguá a Matinhos data de 1926, com o transporte, na época, realizado em sua maioria por mar, e que devido às dificuldades de navegação, principalmente no período do inverno, impulsionaram a criação de uma rota mais segura, sendo realizada de forma mista, através de trechos feitos por mar e outros por terra. Em decorrência da intensificação do tráfego de viajantes e de cargas surgiram os primeiros povoados, os quais deram origem a Pontal do Sul e Matinhos, hoje.

A partir do ano de 1929, iniciaram-se as construções no loteamento do balneário de Caiobá, cujo projeto urbanístico era composto por três ruas principais, permitindo maior ventilação entre as casas, que deveriam ser construídas de alvenaria. A captação da água era de um córrego da serra com encanamento até uma torneira de uso comum para banhistas e moradores.

Em 1942 o Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER) construiu uma estrada de acesso entre Matinhos, o povoado, e Caiobá, o balneário. No ano de 1948 foi inaugurada a Estrada das Praias, ligando Caiobá a Praia de Leste, também balneário (PDPDI, 2006).

Com o aumento da procura de balneabilidade em Caiobá, as construções expandiram-se para além do loteamento em direção à sede de Matinhos (PDPDI, 2006). No mesmo sentido, as construções da sede de Matinhos se expandem em sentido a costa norte, hoje Pontal do Paraná, nas margens da Estrada das Praias, atualmente Rodovia PR-412.

Foi somente em 1987 que ocorreu a pavimentação da Rodovia PR 508 ligando o Distrito de Alexandra, pertencente ao município de Paranaguá a Matinhos, impulsionando assim a expansão da malha urbana no sentido oeste, bem como intensificando o uso do espaço no balneário.

Conforme Bigarella (2009), a ocupação de Matinhos se deu pelo uso balneário, assim nele se estabeleceram residências para uso temporário, construídas em faixas próximas a orla marítima, caracterizando-se, conforme Abrahão e Tomazzoni (2018, p. 82), por segundas residências: “[...] uma tipologia não hoteleira de hospedagem turística, na qual existe um vínculo permanente, pelo retorno sucessivo ao mesmo destino, mas cuja permanência não excede ao período de um ano.”

A partir da década de 1970, segundo Polidoro e Deschamps (2013), a ocupação da Orla por segundas residências ocorreu predominantemente por ordem vertical, possuindo ligação direta à dinâmica das classes média e alta tanto da Região Metropolitana de Curitiba, como do interior do Estado. Segundo Abrahão e Tomazzoni (2017), a relação econômica e social entre os atores que fomentam a dinâmica deste território são diferentes:

No âmbito do fenômeno turístico, a organização de um destino é sempre um processo programático, ainda que a origem dos fluxos turísticos seja espontânea, rapidamente os atores sintagmáticos buscam organizá-lo. Essa organização pode assumir a característica simétrica, sendo boa ou ruim, tanto para empreendedores, governos e comunidade, como também pode ser dissimétrica, atendendo exclusivamente aos interesses de um grupo em detrimento de outros. A configuração territorial resultante é resultante das relações de poder que os atores conseguem estabelecer (ABRAHÃO E TOMAZZONI, 2017, p. 146).

De acordo com Esteves (2011), a ocupação do litoral paranaense pelo uso balneário promoveu um processo da especulação imobiliária, caracterizado pela negociação de terras e imóveis com preços estabelecidos no mercado imobiliário. A valorização das propriedades decorreu tanto do uso para moradias, bem como da “própria alteração do uso do solo que ocorre em uma determinada área” (ESTEVES, 2011, p. 71).

Desta forma, simultaneamente à ocupação da orla marítima pelas segundas residências, as residências de moradores foram sendo deslocadas para áreas de várzeas, banhados, encostas, mangues, entre outras (ESTEVES, 2011).

A ocupação das áreas mais próximas à orla pela população não residente e das áreas mais afastadas pela população residente, além de acarretar transformações no meio, acabou por definir uma atividade produtiva local determinante para sua população: o turismo,

marcado por grande sazonalidade e desempenhada pela população local para atender uma população não residente.

A dinâmica das trocas monetária e das relações humanas que se estabeleceu em Matinhos do turismo de sol e mar, promoveu a dependência externa do dinheiro, bem como definiu a relação de trabalho com os proprietários das residências de veraneio (FELISBINO; SULZBACH, 2011).

A sazonalidade do turismo de sol e mar que caracteriza o lugar é um fator fundamental para a compreensão da dinâmica do emprego e renda no Município. A dinâmica do emprego formal de com Sabec e Sulzbach (2010) e do trabalho informal de acordo com Sulzbach; Denardin e Felisbino (2012) apresentam fluxos correspondentes ao período de verão (dezembro-fevereiro), bem como explicam a baixa renda per-capita em Matinhos. No período do verão, Felisbino; Sulzbach (2011) constata um volume intensivo de trabalho informal, se contrapondo ao reduzido número de postos de trabalho com registro, durante o ano todo no município, promovendo assim, instabilidade do fluxo de moeda no local, o que faz com que os empreendimentos e os vínculos de trabalho se ajustem às condições locais.

Os proprietários das segundas residências, ocupadas no período de sol e limitadas pelo período de férias escolares dos familiares e de trabalho dos proprietários, pagam, com parte do dinheiro que recebem do seu trabalho em outro lugar, a população local para a manutenção de sua propriedade privada, que vale salientar, não é a principal. Pagam salários aos zeladores de edificações coletivas, preços (sob concorrência) aos prestadores de serviços de jardineiro, diarista, pedreiro, pintor, eletricitistas entre outros, e Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) a administração pública para a manutenção de infraestrutura onde estão sediadas suas propriedades privadas

Por mais que Soares (2008) considere que, o trabalho informal se apresente como uma possibilidade de geração de renda para uma parcela cada vez mais significativa de pessoas e pelos mais variados motivos: pelo baixo salário do mercado de trabalho; por opção individual; por maior liberdade de atuação; bem como pelo aumento da renda sem a obrigatoriedade de pagamento de impostos ao governo, entre outros, o trabalho informal no município de Matinhos é um resultado da relação de poder entre agentes externos e internos ao Município.

Essa contextualização histórica, centrada na ocupação espacial e na institucionalização político-administrativas de Matinhos, permite dizer que as mudanças da paisagem desse território foram resultantes, tanto de dinâmicas de agentes exógenos ao território, como também de agentes sediados no Município.

## 5.2 REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO TEMPORÁRIO AMBULANTE EM MATINHOS

Na Lei Orgânica de Matinhos (1999) em seu artigo 6º, inciso XXVII consta que é de competência do Município legislar sobre o comércio ambulante.

XXVII - Dispor sobre o comércio ambulante ou temporário (MATINHOS, 1999).

Em consonância com esta, o Município conta também com a Lei nº1.267/2009, que dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, bem como sobre as atividades comerciais e de prestação de serviço temporário ou sazonal no Município. Esta Lei é composta de 32 artigos, subdivididos em 8 capítulos, e em seu parágrafo primeiro do artigo 1º, define:

I - COMÉRCIO AMBULANTE: toda a atividade de natureza comercial de venda a varejo regularmente exercida em caráter eventual ou transitório em logradouros públicos e na orla marítima; por pessoa física, civilmente capaz, ou por empresário individual caracterizado como microempreendedor individual (MEI), nos termos desta Lei.

II - COMÉRCIO TEMPORÁRIO SEM ESTABELECIMENTO FIXO: toda atividade de natureza comercial regularmente exercida sob forma empresarial, por período determinado, com a utilização de veículos automotores, barracas, trailers, bancas e congêneres, localizados em imóvel de propriedade particular, nos termos desta Lei.

III - COMÉRCIO TEMPORÁRIO EM ESTABELECIMENTO FIXO: toda atividade de natureza comercial regularmente exercida sob forma empresarial, por período determinado, em estabelecimento fixo instalado em edificação permanente localizada nos limites territoriais do Município, inclusive em feiras comerciais e congêneres divididas em stands, nos termos desta Lei.

IV - PRESTAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS: toda atividade econômica de prestação de serviços de natureza turística, constante do Anexo Único parte integrante da presente Lei, regularmente exercida sob forma empresarial, por período certo, com ou sem estabelecimento, nos limites territoriais do Município, nos termos desta Lei.

V - PERÍODO TEMPORÁRIO OU SAZONAL: período(s) correspondente(s) à temporada de verão, considerada para os fins desta Lei como o lapso temporal ininterrupto entre o dia 1º de dezembro de cada ano ao dia 1º de março do ano subsequente; ao período de férias escolares fixado para o mês de julho de cada ano conforme calendário oficial; e às datas previstas para a realização de eventos festivos assinalados no calendário turístico oficial do Município, sendo esses períodos considerados períodos distintos para efeitos tributários. (MATINHOS, Lei nº1267/2009, p. 1).

A Lei também aborda questões como licenciamento e normas de funcionamento do comércio ambulante. Para esta análise vale destacar ainda o Capítulo II, que trata da “DA

COMISSÃO PERMANENTE DO COMÉRCIO AMBULANTE E ATIVIDADES ECONÔMICAS TEMPORÁRIAS”, que no artigo 12 define a comissão permanente:

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo instituirá uma Comissão Permanente com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, composta pelos seguintes membros:

- a) 01 (um) representante de entidade representativa dos vendedores ambulantes do Município.
- b) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Matinhos (ACIMA)
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Turismo e Desenvolvimento Econômico.
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Pesca e Agricultura.
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde. g) 01 (um) representante do Poder Legislativo (MATINHOS, Lei nº 1.267/2009, p. 4,5).

Aos quais cabem as seguintes atribuições/responsabilidades:

Art. 13 - Comissão Permanente terá as seguintes atribuições:

I - definir, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do cadastramento, os locais e setores compreendidos nos logradouros públicos e na orla marítima do Município onde será permitido, nos termos desta Lei, o exercício do comércio ambulante, observados os seguintes critérios:

- a) as características de frequência de pessoas que permitam o exercício da atividade;
- b) a existência de espaços livres para circulação e exposição das mercadorias, devendo ser observada a distância mínima de 10 (dez) metros entre cada ambulante;
- c) o tipo de mercadoria a ser comercializado, com distribuição dos espaços por categoria de forma a ser observada distância mínima de 100 (cem) metros dos estabelecimentos permanentes que comercializem o mesmo tipo de produto.

II - definir anualmente, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do cadastramento, o número de autorizações para o exercício do comércio ambulante, na forma prevista nesta lei, podendo ampliar gradativamente seu número na proporção em que se verifique a disponibilidade de espaços próprios, respeitado o prazo acima fixado;

III - receber e decidir sobre os recursos apresentados contra imposição de penalidade por infração às disposições desta Lei;

IV - agir como instância consultiva do Poder Executivo nas questões que envolvam a interpretação e propostas de alteração desta Lei, bem como esclarecer suas eventuais omissões.

Parágrafo Único. As deliberações da Comissão Permanente serão tomadas por decisão da maioria simples de seus membros, reunidos em número igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos seus integrantes.

Para aqueles que desejam licença para trabalhar de forma sazonal no comércio ambulante em Matinhos, os mesmos devem providenciar um cadastro anexando documentos

que comprovem registro pessoal e/ou jurídico, eleitores domiciliados no Município, além de outros documentos que atestam conduta civil:

Art. 16 - Para fins de expedição da licença os interessados deverão providenciar o cadastramento na prefeitura anualmente, no período de 01 a 30 de agosto, mediante formalização de requerimento acompanhado da seguinte documentação:

- a) 02 fotos 3 X 4, recentes;
- b) cópia do documento oficial de identidade;
- c) cópia do cartão do CPF ou do CNPJ, quando se tratar de microempreendedor individual (MEI), em situação regular;
- d) cópia do título eleitoral comprovando domicílio eleitoral no Município há mais de 01 (um) ano;
- e) cópia do comprovante de domicílio no Município que ateste tempo mínimo de 01 (um) ano de moradia;
- f) cópia do comprovante de matrícula dos filhos menores em idade escolar, em estabelecimento de ensino da rede pública municipal, quando os houver;
- g) certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Vara Criminal da Comarca de Matinhos;
- h) atestado de saúde e capacidade física habilitando-o a exercer a atividade de comércio ambulante, firmado por médico da rede pública de saúde ou particular;
- i) declaração contendo a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar. (MATINHOS, Lei nº1267/2009, p.6)

Com base nos documentos solicitados, é possível observar que, a Lei Orgânica Municipal busca licenciar moradores do Município para atuar no comércio ambulante temporário, dada a obrigatoriedade da comprovação de residência e eleitoral, e ainda, em caso de filhos(as), o comprovante de matrícula dos mesmos pela instituição de ensino.

### 5.3 ASSOCIAÇÃO DOS AMBULANTES DE MATINHOS

A Associação dos Verdadeiros Vendedores Ambulantes de Matinhos – AVERVAM foi decretada utilidade pública através da Lei municipal nº 1.452/2011, de 15 de junho de 2011.

Durante período da pesquisa (2017/2018), a Associação esteve sob a gestão da chapa “AGORA É A HORA”, chapa era composta por 11 vendedores, ocupando os cargos de: Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário, 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; dois Conselheiros Fiscais e; dois Suplentes.

## 6 COMPONENTES METODOLÓGICOS

A ciência pode ser definida por intermédio da identificação de suas características essenciais, através da utilização de técnicas que viabilizam sua investigação (GIL, 2009). Segundo Minayo (1994), a metodologia representa o percurso do pensamento, bem como da prática exercida na abordagem de fatos, incluindo ao mesmo tempo método, técnica e criatividade do pesquisador. Desta forma, para que um conhecimento seja científico torna-se necessário que sejam identificadas as operações mentais e técnicas que viabilizem a investigação (GIL, 2009). Neste sentido, a presente dissertação corresponde a uma pesquisa social de natureza exploratória; descritiva; explicativa e de abordagem qualitativa.

### 6.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Gil (2009, p. 26) define pesquisa como: “[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”, de forma que a partir de investigações com aporte em conhecimentos anteriores inicia-se um processo de busca por respostas científicas (MINAYO, 1994).

Por se tratar de uma pesquisa que aborda a realidade vivenciada pelos vendedores ambulantes de Matinhos, ou seja, uma realidade social que envolve o homem e seus diversos relacionamentos sociais e com o meio ambiente, a presente investigação caracteriza-se como pesquisa social.

A pesquisa social pode permitir a busca e obtenção de conhecimentos inéditos da realidade social através da aplicação formal de procedimentos científicos (GIL, 2009). Esta se inicia a partir da aproximação com seu objeto de pesquisa, ao passo que, para se avançar na investigação faz-se necessário elaborar critérios de seleção de informações cada vez mais precisos (MINAYO, 1994). Neste contexto, esta pesquisa é de natureza exploratória.

A pesquisa exploratória tem por objetivo, segundo Gil (2009), apresentar uma visão geral de determinado fato a partir da aproximação com um tema, no intuito de levantar hipóteses. Neste sentido, embora existam diversos estudos relacionados ao trabalho informal e ao comércio ambulante de praia, a literatura referente ao tema na região é escassa, não sendo suficientes para responder aos objetivos propostos desta pesquisa.

Desta forma, através de processo investigativo embasado em observação participante, questionário e entrevistas, realizados pela pesquisadora, tendo como objeto de

análise os vendedores ambulantes de Matinhos, e em conjunto, a realização de levantamento bibliográfico, fora possível refletir acerca da dinâmica do trabalho e do trabalhador do comércio ambulante do local em questão.

A pesquisa descritiva veio ao encontro da pesquisa exploratória, uma vez que a pesquisadora organizou uma sequência de informações sobre o objeto de pesquisa, descrevendo os acontecimentos acerca de uma realidade, o que para Triviños (1987) permite classificá-la como descritiva. Através de questionários foi possível descrever as características socioeconômicas dos vendedores ambulantes de Matinhos, que somadas à observação participante, permitiu descrever o comércio ambulante como um trabalho específico daquele local.

A abordagem deste estudo é classificada como de natureza qualitativa, tendo em vista que se concentra na compreensão de um grupo social, não dando relevância numérica ao grupo pesquisado. Como fator relevante nesta abordagem se encontram os aspectos da realidade do trabalho dos vendedores, aspectos estes que não podem ser quantificados.

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32):

[...] os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Uma pesquisa qualitativa, segundo Deslauriers (1991, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009), se concentra em gerar informações aprofundadas, sejam elas pequenas ou grandes em relação a sua amostra, contanto que sejam capazes de gerar novas informações.

De acordo com Gil (2002), uma análise qualitativa se constitui a partir de uma organização sistemática de práticas com a produção escrita, classificação e interpretação de dados e fatos, possibilitando o pesquisador mergulhar num universo de significados.

A seguir apresenta-se o Quadro 1 com os eixos metodológicos que delinearão a pesquisa.

QUADRO1 - MATRIZ METODOLÓGICA DA PESQUIUISA

<b>Campo teórico/histórico/documental</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Categorias/ dimensões</b>	<b>Instrumento de coleta de dados</b>	<b>Dados</b>	<b>Procedimento Metodológico</b>
As transformações no mundo do trabalho	Contextualizar a origem do trabalho formal e suas transformações para que se possa compreender o sentido do trabalho informal no espaço de realização da pesquisa	Trabalho; emprego; seguridade social; propriedade dos meios de produção; renda ou o salário pago ao trabalhador; trabalho informal; trabalho precário	Revisão de literatura	Polanyi (2000), Rodrigues e Santos (2017), Soares (2008), Brid; Braga e Santana (2018), Marx (2010), Antunes (2009), Antunes e Alves(2004), Melo e Souto (2017), Costa (2010), Helal (2005)	Histórico-conceitual-descriptivo
Espaço de realização da pesquisa	Contextualizar o espaço físico e a origem do espaço social aonde ocorre a pesquisa, bem como a regulação dos atores sujeitos da pesquisa	O município de Matinhos, Dados estatísticos e históricos	Revisão de literatura e documental (dados secundários)	Bigarella (2009), Freitas (1999), Esteves (2011), IBGE (2018), PDPDI (2006)	Histórico-descriptivo
Regulação do trabalho temporário ambulante em Matinhos	Descrever a regulamentação do trabalho temporário em Matinhos – PR	Lei Orgânica de Matinhos Lei 1.267/2008 Lei 1.452/2011	Pesquisa documental (dados secundários)	Documentos fornecidos pela Câmara de vereadores	
<b>Campo prático</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Categorias/dimensões</b>	<b>Instrumento de coleta de dados</b>	<b>Dados</b>	<b>Procedimento Metodológico</b>
Dinâmica do trabalho ambulante	Descrever a dinâmica do trabalho dos vendedores ambulantes e o sentido do trabalho a partir dos vendedores ambulantes temporários em Matinhos - PR	Organização social, rotina de trabalho, local, equipamentos	Pesquisa de campo (observação participante)	Vendedores (as) ambulantes, funcionários do departamento de fiscalização da prefeitura de Matinhos	Análise descritiva
O sentido do trabalho pelo ambulante	Analisar o sentido do trabalho ambulante através dos vendedores ambulantes no período de veraneio em	O trabalho informal	Pesquisa de campo (questionário e entrevista)	Vendedor ambulante	Análise descritiva

	Matinhos				
<b>Teoria e Prática</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Categorias/ dimensões</b>	<b>Instrumento de coleta de dados</b>	<b>Dados</b>	<b>Procedimento Metodológico</b>
Trabalho Ambulante	Analisar o trabalho e o sentido do trabalho temporário dos vendedores ambulantes de Caiobá, município de Matinhos - PR	Sociológico, Econômico e Filosófico	Questionários  Entrevistas	79 Questionários válidos  19 Entrevistas válidas	Abordagem direta  Abordagem direta

## 6.2 POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA

O campo de observação da pesquisa compreende os vendedores ambulantes que atuam no balneário de Caiobá em Matinhos que, conforme regulamentação municipal, exercem atividade comercial de venda a varejo, em caráter transitório na orla marítima, sendo “uma pessoa física, civilmente capaz, ou por empresário individual caracterizado como microempreendedor individual” (MATINHOS, Lei nº1.267/2009, p. 1). Por existir uma diversidade de produtos e serviços ofertados diariamente nas areias da praia durante a temporada, para esta pesquisa optamos por selecionar os vendedores ambulantes que atuavam na venda de alimentos e bebidas, por ser este um segmento de significativa circulação em toda a praia.

Desta forma, o critério utilizado para selecionar os indivíduos observados, questionados e entrevistados se deu da seguinte forma: aleatória, exclusivamente com os vendedores ambulantes do seguimento de alimentos e bebidas que se encontravam distribuídos nas areias do balneário da Praia Brava, descartando assim quiosques fixados pelo calçamento da orla no balneário, vendedores de roupas, produtos eletrônicos entre outros, bem como os vendedores com carrinhos de sorvete (estes em particular, por não serem os proprietários dos carrinhos).

Os questionários e entrevistas foram aplicados pela pesquisadora, permitindo assim, a inserção direta da mesma no espaço de realização da presente pesquisa.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal, para a temporada 2017/2018, foram recebidas 1.245 solicitações de cadastros, destas, 640 foram aprovadas pela “Comissão Permanente do Comércio Ambulante e Atividades Econômicas Temporárias”.

Cada licença corresponde a um único vendedor, que pode atuar no balneário correspondente ao bairro em que reside. Desta forma as licenças são classificadas em cores, sendo a cor verde para o Balneário de Caiobá, e cor vermelha para os demais Balneários do Município. Existem também as licenças de cor amarela que se destinam aos vendedores ambulantes que podem circular por toda a cidade, como os vendedores de pães, frutas e outros, no entanto, estas licenças não foram contabilizadas por não se enquadrarem a proposta desta pesquisa.

### 6.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados primários, obtidos através de questionário aplicado pela pesquisadora, contou com perguntas abertas e fechadas aos vendedores ambulantes no intuito de traçar um perfil socioeconômico deste grupo, além de permitir caracterizar o trabalho do vendedor ambulante. Desta forma, o instrumento fora dividido em quatro tópicos: Pessoal, Experiência de trabalho, Trabalho como ambulantes e Políticas Públicas. O questionário encontra-se no anexo deste documento (APÊNDICE A).

A pesquisa também contou com a realização de uma entrevista semiestruturada, por meio de questões abertas, as quais, de acordo com Minayo (1994) permitem estimular o relato do entrevistado de maneira livre.

Segundo Boni e Quaresma (2005, p.75), numa entrevista semiestruturada:

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele.

O instrumento norteador da entrevista está no anexo deste documento (APÊNDICE B), acompanhada de um termo de consentimento à entrevista (APÊNDICE C).

Para a obtenção dos dados secundários fora realizado pesquisa documental de informações oficiais fornecidas pela prefeitura e Câmara de Vereadores de Matinhos. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2009).

Como número considerável dos estudos exploratórios pode ser classificado como pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), parte do presente estudo conta com referenciais bibliográficos acerca do trabalho ambulante, do vendedor ambulante e do comércio ambulante, permitindo ampliar a discussão sobre o universo investigado.

TABELA 1 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LITERATURAS

<b>Autora/autor</b>	<b>Obra</b>	<b>Tema da obra</b>	<b>Tema apropriado</b>
<b>Antunes (2003)</b>	O que é sindicalismo	Discussão acerca do significado da organização dos trabalhadores na história da humanidade	O ressurgimento da ação sindical no Brasil
<b>Antunes (2009)</b>	Os sentidos do trabalho	Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho	Flexibilidade do trabalho
<b>Behring e Boschetti (2006)</b>	Política Social, Fundamentos e História	Introdução teórica e histórica à problemática da Política Social	Políticas sociais
<b>Bigarella (2009)</b>	Matinho: Homem e Terra Reminiscências	Contextualização histórica da construção do município de Matinhos	História de Matinhos
<b>Gomes (2005)</b>	A invenção do trabalhismo	Contextualização histórica do trabalhismo e políticas trabalhistas	Políticas trabalhistas
<b>Marx (2010)</b>	O capital	Crítica da economia política	
<b>Soares (2008)</b>	Trabalho Informal: da funcionalidade a subsunção ao capital	O trabalho informal no capitalismo contemporâneo	Reestruturação do modelo de produção capitalista, a origem do trabalho informal
<b>Tavares (2004)</b>	Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho	Análise das mudanças na reestruturação produtiva, redefinindo as relações de produção e as relações informais de trabalho.	As relações informais de trabalho

FONTE: A autora (2019).

#### 6.4 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi planejada para ocorrer em três momentos (M):

M1) compreender o mundo do trabalho e suas transformações;

M2) contextualizar o local e a regulamentação relativos ao objeto de pesquisa;

M3) Compreender o sentido do trabalho ambulante através dos vendedores ambulantes de período de veraneio em Matinhos.

A seguir, os procedimentos técnicos e instrumentais aplicados para atender aos objetivos específicos:

T1) Como suporte teórico à pesquisa, realizou-se a revisão da literatura para retratar a origem histórica do mundo do trabalho e suas transformações na contemporaneidade, e para contextualizar a origem histórica do município de Matinhos fora utilizada conjuntamente: uma revisão de literatura, incluindo pesquisa documental e coleta de dados secundários.

T2) Para tratar do trabalho temporário de veraneio fora realizada uma pesquisa documental, chegando à Lei nº 1267/2009 e à Lei Orgânica do Município de Matinhos (dados secundários), consultou-se também o cadastro dos vendedores ambulantes (dados secundários), bem como foram aplicados questionário e entrevistas aos mesmos, gerando dados primários; e

T3) O roteiro de entrevista semiestruturada ocorreu no intuito de compreender qual o sentido do trabalho dos vendedores ambulantes.

## **7 DIMENSÕES/CATEGORIAS CONCEITUAIS/TEÓRICAS DO COMÉRCIO AMBULANTE EM MATINHOS**

### **7.1 O TRABALHO DO VENDEDOR AMBULANTE**

Este tópico tem como objetivo descrever sobre a categoria trabalho das pessoas que tem licenças para exercer a atividade comercial, na categoria ambulante durante o período de veraneio, ou seja, temporário, no balneário de praia brava de Matinhos.

O trabalho do comércio ambulante não tem horário para o início ou terminar, tampouco a jornada de trabalho parece ser distinta por aqueles que a exercem, mas em geral iniciam no período da manhã e se estendem até a noite durante o período de dezembro a fevereiro.

Dos 79 comerciantes ambulantes respondentes, 76 iniciam sua jornada de trabalho período da manhã, um inicia no período da tarde e dois não têm seguem um horário habitual para iniciar. De acordo com as respostas: um chega às 5h, dois as 6h30min, 12 as 7h, sete as 7h30min, 22 as 8h, um as 8h15min, cinco as 8h30min, 14 as 9h, cinco as 9h30min, sete as 10h, e após as 14 horas um respondente. Os ambulantes também não têm horário para encerrar sua atividade, pelo menos oito disseram não ter horário, enquanto os demais encerram as atividades a partir das 16 horas, estendendo a jornada de trabalho para além das 18 horas: um ambulante encerra as atividades as 16 horas, outro às 17 horas, dois as 17h30min, sete às 18 horas, dois as 18h30min, 23 às 19 horas, seis as 19h30min, 24 as 20 horas, um as 20h30min, um as 21 horas, dois as 22 horas, um respondeu que sai sempre depois das 18 horas.

TABELA 2 -TEMPO DE DEDICAÇÃO À ATIVIDADE DO COMÉRCIO AMBULANTE NA TEMPORADA EM CAIOBÁ - MATINHOS – PR

	Horário de Início da Atividade											Total
	5h	6h30	7h	7h30	8h	8h15	8h30	9h	9h30	10h	14h	
<b>Vendedores ambulantes</b>	1	2	12	7	22	1	5	14	5	7	1	77
	Horário de Término da Atividade											Total
	16h	17h	17h30	18h	18h30	19h	19h30	20h	20h30	21h30	22h	
<b>Vendedores ambulantes</b>	1	1	2	8	2	23	6	24	1	1	2	71

Fonte: A autora (2019).

A partir dos horários que os ambulantes iniciam e terminam suas atividades é possível observar que, o trabalho nesta atividade excede 8 horas diárias como os trabalhadores assalariados, bem como não apresentam intervalo, seja para refeições ou exercícios laborativos. As horas de trabalho nesta atividade são de aproximadamente 12 horas diárias.

Enquanto veranistas desfrutam do lazer, principalmente finais de semana, os ambulantes trabalham indiferentemente do dia da semana. Dos 79 vendedores ambulantes respondentes: 73 responderam que trabalham todos os dias da semana; dois trabalham de quinta-feira a domingo; dois que trabalham aos finais de semana (sexta-feira, sábado e domingo); dois não responderam. O descanso remunerado e “obrigatório” final de semana, acompanhando ideais religiosos, não ocorre como ao trabalhador assalariado, conquistado através da luta da classe.

Apesar da licença para o comércio ambulante em Matinhos ser individual, conforme Artigo 1º da Lei 1.267/2009: “por pessoa física, civilmente capaz, ou por empresário individual caracterizado como microempreendedor individual (MEI)”, a atividade ou o trabalho na prática é realizado com a ajuda de familiares, amigos, contratados ou “colegas de trabalho”. Ao serem questionados sobre ter ou não auxílio para o desempenho da atividade, 35 vendedores responderam ter ajuda de familiares, 14 vendedores contam com ajudantes contratados, quatro vendedores tem ajuda de amigos, quatro são auxiliados por “colegas” de

trabalho, cinco vendedores as vezes contam com ajudantes, 14 não tem ajuda de ninguém e três ambulantes não responderam.

A regulação do comércio ambulante em Matinhos, que parece legislar sobre o trabalho individual, deixa brechas à contratação de trabalhadores, tal como no Artigo 1º e Artigo 16 da Lei No 1.267/2009. Nesta, os interessados à licença temporária ao comércio ambulante, devem apresentar “cópia do cartão do CPF ou do CNPJ, quando se tratar de microempreendedor individual (MEI), em situação regular”. Ao admitir a inscrição do MEI, automaticamente admite-se o apoio a atividade com um empregado (LEI COMPLEMENTAR 128/2008). Dos vendedores ambulantes que responderam ter alguma forma de ajuda durante a temporada: 32 vendedores responderam que seus ajudantes não possuem licença da Prefeitura; 24 responderam que seu(s) ajudante(s) possuem licença; dois vendedores responderam que um ajudante tem e outro não; um vendedor respondeu que dois de seus ajudantes tem a licença e um não; um vendedor ambulante respondeu ter dois ajudantes com licença e dois sem licença; e um ambulante tem um ajudante com licença e dois sem. Quatro vendedores não responderam a questão.

TABELA 3 - SITUAÇÃO DE LICENÇA DOS AJUDANTES NO COMÉRCIO AMBULANTE DO BALNEÁRIO DE CAIOBÁ - MATINHOS – PR

	<b>Ajudante sem licença</b>	<b>Ajudante com licença</b>	<b>Ajudantes com e sem licença</b>	<b>Não responderam</b>	<b>Total de vendedores com ajudantes</b>
<b>Vendedores ambulantes</b>	32	24	5	4	65

Fonte: A autora (2019).

Os resultados acima demonstram que a licença ao trabalho de vendedor ambulante temporário em Matinhos é individual, no entanto a atividade é realizada por mais de uma pessoa, fato que pode justificar o descanso para refeições e necessidades fisiológicas do trabalhador sem se afastar do local de trabalho por até 12 horas nos sete dias da semana durante a “temporada”.

A licença ao comércio ambulante temporário em Matinhos, direcionada à população residente no Município, pode ser observada como uma política pública socioeconômica municipal, dado a obrigatoriedade de ser residente para recebimento da licença e desta atividade, realizada durante a temporada de verão, parte considerável dos vendedores

ambulantes promovem sua manutenção e permanência no Município, para além da temporada. Para 13 ambulantes os recursos duram até o final da temporada (temporada vai de 1º de dezembro a 1º de março – no entanto o carnaval foi em fevereiro, abaixando consideravelmente o movimento passado a feriado – verificar), para 11 os recursos não sobram, ou seja, são gastos durante a temporada, para quatro vendedores os recursos financeiros ganhos na temporada duram um mês, para sete vendedores os recursos rendem dois meses, para seis ambulantes três meses, cinco responderam durar quatro meses, para quatro vendedores cinco meses, para 11 vendedores seis meses, para três sete meses, para três os recursos duram o ano todo e 12 vendedores não souberam responder.

TABELA 4 - TEMPO DE DURAÇÃO DA RENDA OBTIDA NA TEMPORADA DE VERÃO PELOS VENDEDORES AMBULANTE DE CAIOBÁ - MATINHOS – PR

	Temporada	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Dez	Não res.	Total
<b>Vendedores ambulantes</b>	24	4	7	6	5	4	11	3	3	12	79

Fonte: A autora (2019).

Como os recursos obtidos durante a temporada não auxiliam na reprodução social das famílias dos vendedores ambulantes durante o restante do ano, alguns vêm o auxílio de transferências de bens e financeiros de programas governamentais da Prefeitura Municipal e/ou Governo Federal como único instrumento de promoção de estabilidade para cuidar de filhos/netos. Do total dos ambulantes questionados, 46 responderam não estar vinculado a nenhum programa governamental, 31 responderam participar e dois não responderam. Dos vendedores ambulantes que recebem auxílios, 12 recebem a Cesta Vida (cesta básica) fornecida pela Prefeitura municipal de Matinhos, sete recebem o Bolsa Família (Programa de transferência de renda do Governo Federal), seis recebem tanto a Cesta Vida como o Bolsa Família, um recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por ser cuidador da mãe, um recebe aposentadoria, um o Programa de Benefícios Econômicos para a Manutenção do/a Estudante (PROBEM), destinado às/aos estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que estejam em situação de vulnerabilidade social ou atendam ao perfil de renda estipulado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO OU NÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES EEM PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REDISTRIBUTIVA DO PODER PÚBLICO

	<b>Não recebem</b>	<b>Cesta Vida (CV)</b>	<b>Bolsa Família (BF)</b>	<b>CV + BF</b>	<b>BPC</b>	<b>Apos.</b>	<b>PROBEM</b>	<b>Não resp.</b>	<b>Total de Vend.</b>
<b>Vendedores ambulantes</b>	46	12	7	6	1	1	1	5	79

Fonte: A autora (2019).

Se para a legislação local, o trabalho do vendedor ambulante é temporário, em decorrência de sua licença, para os vendedores ambulantes este trabalho é uma profissão dado que muitos deles executam esta função a mais de 10 anos. Do total dos 79 respondentes, apenas quatro vendedores trabalham como ambulante há um ano, seis trabalham há dois anos, um ambulante trabalha há três anos, três ambulantes há quatro anos, cinco vendedores há cinco anos, dois há seis anos, quatro há sete anos, três vendedores há oito anos, quatro há nove anos, 10 vendedores trabalham há 10 anos, dois trabalham há 11 anos, sete trabalham há 12 anos, um vendedor trabalha há 14 anos, oito vendedores há 15 anos, um vendedor há 16 anos, um há 18 anos, dois trabalham há 19 anos, dois vendedores há 20 anos, dois há 22 dois anos, três há 23 anos, dois ambulantes há 24 anos, um ambulante há 25 anos, um há 26 anos, um há 28 anos e apenas três não chegaram a completar um ano.

TABELA 6 - TEMPO DE TRABALHO COMO VENDEDOR AMBULANTE NA PRAIA DE CAIOBA - MATINHOS - PR

	<b>Menos de um ano</b>	<b>De um a cinco anos</b>	<b>De seis a dez anos</b>	<b>De 11 a 15 anos</b>	<b>De 16 a 20 anos</b>	<b>De 22 a 25anos</b>	<b>De 26 a 28 Anos</b>	<b>Total</b>
<b>Vendedores ambulantes</b>	3	20	23	19	6	8	2	80

Fonte: A autora (2019)

O trabalho do comércio ambulante em Matinhos parece integrar outras atividades produtivas, beneficiando a economia local, dado que 60 dos vendedores ambulantes fazem as

compras em estabelecimentos comerciais em Matinhos, sete compram de fornecedores de Santa Catarina, cinco compram em Paranaguá, dois tanto em Matinhos quanto Paranaguá e cinco pessoas não responderam.

## 7.2 CATEGORIA TRABALHO E OS VENDEDORES AMBULANTES

Os sujeitos que trabalham com o comércio ambulante temporário em Matinhos não integram a classe dos trabalhadores, ou ainda não são considerados trabalhadores com base na categoria trabalho de Antunes (2009), pois esta é composta por trabalhadores assalariados, sejam eles trabalhadores produtivos ou improdutivos, ou seja, trabalhadores são aqueles que vendem sua força de trabalho para o capital. Para esta literatura, os vendedores ambulantes seriam empresários, participantes da classe dos proprietários dos meios de produção. Já para Lessa, os vendedores ambulantes seriam apenas trabalhadores, pois sem fazer parte da classe dos trabalhadores. A classe dos trabalhadores é para a autora definida pelo papel dos atores sociais num movimento similar do capital, no caso os vendedores ambulantes de Matinhos estariam apenas na categoria trabalho.

Através Para ambos, Antunes (2009) ou Lessa (2007), o trabalho assalariado ou abstrato, respectivamente se caracteriza pela acumulação capitalista, onde trabalhador é uma mercadoria, por receber salários.

O trabalho do comercio ambulante, ocorre num território que parece ser neutro, dado que ninguém tem a propriedade da terra. A terra assim não é mercadoria de propriedade do capital para reproduzir o capital. Os varejistas são licenciados para “a venda a varejo em caráter eventual ou transitório em logradouros público e na orla marítima” (art. 1º, Lei 1.267/2009).

Os vendedores ambulantes temporários em Matinhos podem até se caracterizar como classe da população que exerce a mesma atividade produtiva, porém a luta ou o movimento desta população para ocupação social não é observada. Do total dos 79 respondentes do questionário 40 responderam fazer parte da Associação dos Vendedores Ambulantes de Matinhos, enquanto 35 não fazem, e quatro não responderam.

### 7.3 O TRABALHADOR AMBULANTE

Ao término da temporada, com a licença expirada, alguns ambulantes dão continuidade ao seu trabalho, como outros não seguem trabalhando em outra atividade. Quatro dos respondentes homens disseram que continuam trabalhando com vendas como ambulantes, porém em outros locais e quatro disseram não trabalhar fora da temporada. Entre as atividades produtivas desenvolvidas pelos homens com término da licença destaca-se: construção civil, contabilizando 18 deles que trabalham na função de pedreiro, ajudante de pedreiro ou pintor, e serviços gerais (10 entrevistados); serviços de reciclagem, motorista de Uber, assessor de vereador, dono de sorveteria e mecânico náutico.

Nenhuma das vendedoras ambulantes mulheres permanece trabalhando como vendedora ambulante após término da licença, porém quatro delas continuam nas atividades de venda: tapetes artesanais, salgados, ovos e verduras. Ao término da temporada 23 das entrevistadas disseram realizar trabalhos domésticos, como: diarista, cozinheira, caseiras ou do lar. Outras cinco atividades foram citadas pelas entrevistadas: tatuadora e malabarista, refiladora, manicure, gesseira e estudante.

Portanto, além da atividade ambulante durante a temporada, esta população trabalha o restante do ano, porém como trabalhador nos termos de Antunes (2009), recebendo salário, especialmente as mulheres, já os homens continuam a exercer atividades de prestação de serviços autônomo.

Ao serem questionados sobre o trabalho com carteira assinada, 62 dos entrevistados responderam já terem trabalhado com registro e 17 não. No entanto, quando questionados sobre a contribuição com a previdência social, 41 responderam nunca terem contribuído com a previdência social. Quando estas duas respostas são colocadas em confronto, observa-se que alguns dos entrevistados não têm conhecimento sobre a regulamentação do trabalho no Brasil. Sete dos entrevistados disseram já ter contribuído com a previdência social em algum momento, 30 contribuem como autônomo ou como microempreendedor individual (MEI) e um não respondeu.

Por ser requisito para a licença ao trabalho no comércio ambulante temporário em Matinhos ser morador de Matinhos, buscou-se observar a condição de propriedade da residência e o tempo de moradia do vendedor ambulante no Município, principalmente porque a licença emitida pela Prefeitura para realização da atividade produtiva é “em caráter eventual ou transitório em logradouros públicos na orla marítima” (art. 1º. Lei no. 1.267/2009). Do total dos respondentes ao questionário 55 possuíam residência própria, 15 residiam em imóvel

alugado, cinco em imóveis de familiares e quatro em imóveis cedidos. O tempo de residência dos vendedores ambulantes de Matinhos no município varia entre aqueles que acabaram de se estabelecer, aqueles que residem em Matinhos a mais de 10 anos, bem como aqueles que nasceram no Município.

TABELA 7 - SITUAÇÃO DE PROPRIEDADE DA RESIDÊNCIA DOS VENDEDORES AMBULANTES  
BALNEÁRIO DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR

	<b>Própria</b>	<b>Alugada</b>	<b>De familiares</b>	<b>Cedidos</b>	<b>Total</b>
<b>Vendedores ambulantes</b>	55	15	5	4	79

Fonte: A autora (2019).

O trabalho é para Marx (*apud* LESSA, 2007) o meio pelo qual o homem se expressa como ser social. A vida em sociedade precede do trabalho. O trabalho como vendedor ambulante é exercido por homens e mulheres que de acordo com os entrevistados, 40 eram homens com idade entre 18 a 77 anos e 39 mulheres com idade entre 20 a 65 anos. Homens e mulheres que além da estrutura produtiva, na sociedade participam da estrutura reprodutiva, com famílias que se constituem de diversas maneiras.

Do total dos ambulantes homens 16 eram solteiros, dois divorciados, um viúvo e 21 com relacionamento estável. Do total das mulheres: sete solteiras, três divorciadas, três separadas, oito viúvas e 18 com relacionamento estável. Estes dados revelam que as mulheres que trabalham como vendedoras ambulantes são em sua maioria participantes de estruturas de família como membro responsável, ou seja, são em menor número solteiras, muitas delas divorciadas/separadas ou viúvas, ou seja, chefes de famílias.

TABELA 8 - ESTADO CIVIL DOS VENDEDORES AMBULANTES DO BALNEÁRIO DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR

	<b>Solteiro(a)</b>	<b>Divorciado(a)/Separado (a)</b>	<b>Viúvo(a)</b>	<b>Relacionamento estável</b>	<b>Total</b>
<b>Homens</b>	16	2	1	21	40
<b>Mulheres</b>	7	6	8	18	39

Fonte: A autora (2019).

A composição da estrutura familiar dos vendedores ambulantes em sua maioria é composta por pai, mãe e filhos: entre os ambulantes homens 10 residiam com a esposa/companheira e filhos, 10 apenas com a esposa/companheira, um com esposa/companheira, filhos e cunhado, quatro com os pais, três com os filhos, oito residiam sozinho e três não especificaram. Entre as ambulantes mulheres: 10 residiam com esposo/companheiro e filhos, 12 apenas com o esposo/companheiro, três com os filhos e netos, duas apenas com filhos, uma com filho na casa da irmã, uma com neto, três com a mãe, quatro residiam sozinhas, uma com uma amiga e duas não especificaram.

TABELA 9- ESTRUTURA FAMILIAR DOS VENDEDORES AMBULANTES DO BALNEÁRIO DE CAIOBÁ – MATINHOS – PR

	<b>Companheira</b>	<b>Companheira e filhos</b>	<b>Companheira, filhos e outros</b>	<b>Pais e filhos</b>	<b>Pais</b>	<b>Filhos e netos</b>	<b>Irmãos e Filhos</b>	<b>Netos</b>	<b>Sozinhos</b>	<b>Não especificaram</b>
<b>Homens</b>	10	10	1	4	--	--	--	--	8	3
<b>Mulheres</b>	12	10	--	--	3	3	1	1	4	--

Fonte: A autora (2019).

#### 7.4 O SENTIDO DO TRABALHO

Os vendedores ambulantes de Matinhos enxergam o comércio ambulante não apenas uma atividade temporária, para muitos essa é uma oportunidade de mudança de vida, como no caso da Entrevistada 10, que se mudou para Matinhos repentinamente, pois seu marido vendera a casa da família.

O meu marido vendeu onde nois morava lá em Colombo né e trouxe nois mora aqui de baixo de uma lona e através dali comecei a trabalha, trabalha, trabalha aqui e foi como eu conquistei minha casa, meu terreno....]ele era alcoólatra né que eu te falei, queria sair de lá e vir pra cá, porque a gente já tinha família que morava aqui, e a gente veio morar no terreno dela, como não coube nois tudo na casa dela a gente fez um barraquinho assim de lona e vivemo ali. Daí com um mês que eu tava morando aqui eu comecei a trabalha no super rede (mercado), depois de uns anos, de trabalhar no super mar (atual rede) e noutros lugar assim de diarista, depois que eu vim começa a trabalha aqui daí doze anos, aí foi aqui que eu consegui alguma coisinha (ENTREVISTADA 10)

Ao se tornarem proprietários de seus carrinhos, eles são livres para organizar sua rotina de trabalho e não precisam se submeter a ordens de terceiros. Tal como menciona a Entrevistada 2 que ao ser questionada sobre o porquê trabalha como ambulante, a mesma diz:

“Porque é melhor pra viver, se ganha mais e não tem que ser mandada por ninguém, se é dona do próprio negócio.”

De maneira semelhante o Vendedor Ambulante 12 responde:

“Assim, como ambulante você sabe que tá trabalhando pra você, é uma coisa que você espera o ano todo, tem dois meses pra você movimenta um pouquinho a cidade, movimento um pouquinho, tem uns trocadinhos pra ajuda na despesa da casa.”

Os entrevistados justificam sua participação no comércio ambulante principalmente por questões relativas ao dinheiro, ou seja, questões financeiras:

“Foi a hora da precisão, dinheiro rápido né.” (ENTREVISTADA 10).

“Porque é um ganho mais fácil né, aqui você vai ganhar mais fácil e mais rápido.” (ENTREVISTADO 5).

“Porque a renda é melhor, a gente tira dinheiro mais rápido, mais fácil.” (ENTREVISTADA 1).

Tal justificativa corrobora com outro ponto relevante destacado pelos ambulantes entrevistados, por proporcional a manutenção durante o ano no local, o qual parece não ser possível durante o inverno.

“É eu gostei, é, eu trabalhei a primeira vez gostei e acabei gostando, é um dinheirinho extra que entra pra ajudar durante o inverno.” (ENTREVISTADA 3).

“Porque é uma maneira que a gente consegue dinheiro mais rápido pra se manter no inverno né, que aí no inverno aqui o serviço é mais fraco.” (ENTREVISTADA 18).

A sazonalidade da atividade do turismo de sol e mar no Município condiciona e adapta a população local a atuar como vendedores ambulantes, estruturando a organização produtiva no local. Tal fato se observa na fala dos Entrevistados 4 e 19:

“Porque é o ritmo da praia né, é o meio de ganhar dinheiro é ambulante na praia. Pra nós que é daqui é o único meio de ganhar dinheiro.” (ENTREVISTADO 4).

“Ah porque é o meio mais fácil da gente, me adaptei nesse trabalho e fiquei, que nem nos outros serviço a gente se adapta.” (ENTREVISTADO 19)

Em resposta ao trabalho como vendedor ambulante em Matinhos alguns entrevistados afirmam que vieram primeiramente morar, a atividade como ambulante se iniciou posteriormente. Fato relevante no discurso do Entrevistado 12 é sua identidade com a natureza, já que o mesmo nasceu em outra localidade cercada pelo mar, foi marinheiro e já trabalhou na área do turismo, também como marinheiro:

“Na verdade eu vim pra morar, porque eu gosto daqui de morar na praia, eu nasci na praia, me criei, trabalhei de marinheiro na minha vida né, aí vim pra cá, daí meu contrato acabou e eu decidi vir pro Brasil, eu tava na Grécia morando, trabalhei lá cinco anos de marinheiro né, na verdade eu era da marinha né, soldado, daí eu decidi fazer marinheiro de turismo né, aí fiz um curso lá, deu certo, concorreu meu passaporte, daí vim pa Grécia, daí eu abracei fiquei cinco anos lá só de turismo, daí terminou o contrato eu não renovei mais e eu vim pra cá” (Entrevistado 12).

O Entrevistado 12 antes de trabalhar na temporada de verão em Matinhos já conhecia a dinâmica do trabalho enquanto outras pessoas fazem o lazer ou diversão.

Já a Entrevistada 15 mudou-se para Matinhos em um primeiro momento com a intenção de cuidar da mãe, o trabalho como ambulante surgiu em seguida, assim, pode conciliar o cuidado com a mãe e a atividade de vendedor ambulante. Desta forma, sua rotina fora da temporada é voltada exclusivamente aos cuidados de sua mãe e durante a temporada

sua irmã vem para Matinhos para ajudá-la com a mãe, para que então possa se concentrar no trabalho como ambulante.

“Na temporada tem a minha irmã que vem e fica com ela (mãe) porque eu tenho que trabalhar, porque ela tem 85 anos, tem problema no coração, pulmão, tem marca-passo, ela tem fobia então ela não gosta de ficar sozinha de dia, muito menos a noite, se der chuva com trovão ela entra em pânico, então ela é aquela pessoa que precisa ter alguém com ela o tempo todo, eu trabalho só na temporada mesmo, porque aí minha irmã fica com ela.” (ENTREVISTADA 15)

O trabalho como ambulante, além de permitir o contato com a natureza, parece permitir liberdade ao entrevistado 15 quando este compara com o trabalho em um ambiente fechado.

“Eu gosto muito do ambiente aqui, porque aqui de um lado eu vejo o mar, do outro lado eu vejo as montanhas, é a natureza né, poder tá trabalhando e em contato com a natureza, quando eu trabalhava com carteira assinada não tinha isso, ficava a maior parte do tempo fechada, oito horas trancada numa sala - Pra fala a verdade eu gosto até das tempestades, as vezes dá umas tempestades assim até refresca a gente, daí não fica até tarde, mas eu gosto quando não machuca ninguém né.” (ENTREVISTADA 15)

O cuidado com a saúde foi o que trouxe a Entrevistada 02 para morar em Matinhos, ou seja, não era uma pessoa do local, assim adaptou sua busca ao espaço de trabalho possível de ser exercido no local. Já a Entrevistada 08 destaca que o trabalho lhe causa bem para a saúde:

Porque eu gosto daqui, é um bom lugar pra viver, bom pra saúde, bom pro trabalho (ENTREVISTADA 02)

“É bom, eu gosto por causa da saúde, eu fico feia, tudo sem arrumar, mas minha saúde melhora, essa escada é a melhor coisa do mundo, faço exercício e eu vou vendo as coisas mudarem dentro de mim que é minha saúde, me sinto bem.” (ENTREVISTADA 8)

Outra motivação do trabalho ambulantes relatado pelos entrevistados é sua relação com os turistas. Através de suas falas, os entrevistados demonstram carinho e a consideração que tem com os turistas, relatam gostar do trabalho.

“[...] o que eu mais gosto é de lidar com o povo, conhecer gente, fazer novas amizades, que aqui a gente conhece tanta gente aqui né, a gente faz bons amigos aqui, nossa tanta coisa, até médico que quer ajudar a gente, da saúde da gente.” (ENTREVISTADA 10)

“Comunicação, adoro isso, fazer amizade, fazer novas amizades, porque vai em busca de conhecimento né, cada amizade nova que se faz você descobre uma coisa pra sua vida, tipo uma bolsa pra você, então é tipo é uma bolsa e cada experiência você guarda ela porque uma hora você pode precisa dela[...]” (ENTREVISTADO 12)

A satisfação pela atividade do comércio ambulante e a identificação destes vendedores com a atividade que exercem por muitos se justifique pelas relações sociais que são estabelecidas, inclusive designando estas relações não mais como troca de mercadoria, mas sim relações de amizade que se estendem para além das temporadas.

“Porque foi assim, minha mulher começou a vender aqui, daí ela teve que interrompe e eu comecei e gostei e fui adquirindo clientes e amigos aqui.” (ENTREVISTADO 11)

“Ah menina porque eu gosto demais heim. Não, primeiro eu vim trabalhar pra cá por necessidade, mas depois com o tempo eu gosto mesmo desse serviço.” (ENTREVISTADA 13).

“Porque eu gosto adoro, adoro conviver com os turista, se eu pudesse eu não conviveria com eles só na temporada mas o ano inteirinho.” (ENTREVISTADA 17)

## 7.5 O TRABALHO PARA ALÉM DO COMÉRCIO AMBULANTE OU ALÉM DA TEMPORADA

Cada entrevistado tem sua vivência, a partir delas os ambulantes formam suas opiniões e preferências acerca do trabalho. Para a Entrevistada 03, mesmo considerando ter uma boa experiência durante o tempo em que trabalhou com carteira assinada prefere o trabalho autônomo.

“Olha foi uma experiência boa, mas eu particularmente eu prefiro trabalhar autônomo, porque mesmo com carteira assinada a gente não tem tanto seguro como o governo fala que tem.” (ENTREVISTADA 3)

Para o Entrevistado 04, a preferência pelo trabalho formalizado vem em decorrência da estabilidade, a garantia do dinheiro independente do produto do trabalho.

“Ah é bom né, é bom que tem dinheiro seguro, um salário seguro.” (ENTREVISTADO 4)

Trabalhar como assalariado ou vendendo a força de trabalho foi a experiência da Entrevistada 16 por 22 anos, restando a lembrança de neste período nunca ter sido registrada:

E o que eu falei pra você, trabalhei 22 anos e nunca fui registrada, então não ganhei nada (ENTREVISTADA 16)

A Entrevistada 07 também trabalhou vendo sua força de trabalho, dizendo que gostava, mas dedicou-se a família até que seu marido faleceu, assim, ser vendedor ambulante decorre de não ser mais aceita no mercado de trabalho.

“Trabalhei pouco tempo. Gosta, eu gostava, mas meu marido não gostava, não deixava eu trabalha.” (ENTREVISTADA 7)

“[...] não tenho mais idade pra arrumar emprego. [...] A sinceramente hoje não me resta mais alguma opção se entendeu né? [...] aqui eu tenho meus cliente, converso me distraio, vendo meu milho, então por ai vai né.” (ENTREVISTADA 7)

A Entrevistada 9 argumenta que trabalhar como assalariado em Curitiba, capital do estado do Paraná com aproximadamente 3 milhões de habitantes, e em Matinhos, com 32 mil habitantes, é diferente:

“Em Curitiba o melhor era trabalhar como empregado, pra Matinhos é melhor trabalhar por conta, porque o empregado é muito explorado, sábado, domingo, feriado e ganha mal.” (ENTREVISTADA 9)

Este talvez tenha sido o discurso mais consistente abrindo a possibilidade de análise da mesma categoria de trabalho, o assalariado, com regras idênticas nacionalmente, mas processado de forma distinta em lugares diferentes, demonstrando que uma categoria analítica não se aplica a todas as realidades. Ou seja, a partir da fala da entrevistada, é possível afirmar que o comércio ambulante é uma alternativa a realidade local, não só pelas leis da natureza, balneabilidade do lugar, mas pela organização da reprodução social, dos meios de produção e de subsistência distintos nos dois lugares. Sobre a mesma categoria, trabalho assalariado, emprego, o Entrevistado, que demonstra ter vivência nos dois lugares, salienta que a exploração que sofre o trabalhador assalariado em Matinhos vai além das abstratas, ou seja, aquelas que Marx faz referência, a exploração pelo trabalho assalariado é específica do local, pois no local, o vendedor ambulante, que trabalha sábados, domingos e feriados, diz que o trabalhador empregado tem que trabalhar nestes dias, justificando que não ocorre ganho financeiro. Com este discurso é possível compreender que o trabalho como vendedor

ambulante, que ocorre todos os dias da semana com trabalho com aproximadamente doze horas diárias durante três meses é sim uma alternativa de trabalho com renda a população local, justificando inclusive a grande procura para os cadastros, 10% da população em idade economicamente ativa, restando 1% de autorizações, mas que na execução da atividade envolve aproximadamente os 10% da população que estariam recorrendo as autorizações.

O trabalho como empregado de acordo com o Entrevistado 12 lhes proporcionou uma profissão, no entanto, o emprego lhes impedia de apoiar a família com o cuidado:

“Eu já trabalhei no frigorífico né, fui contratado por uma empresa de fora. [...] Gostava mesmo por causa da profissão que eu aprendi no açougue né, aprendi muita coisa, mas não dava mais pra mim porque no terceiro filho já ficou difícil pra ela ficar sozinha (esposa trabalhando no carrinho ao lado), as vezes eu vou pra outro Estado, daí eu fico 30, 40 dias fora, é o contrato né, tem que cumpri, ai logo vem outro contrato pra ir pro outro Estado, então fiquei dois, três anos fora assim e pra ela num dava mais, então eu pedi a conta e voltei pra casa [...] Daí abrimo a firma.”  
(ENTREVISTADO 12)

Novamente o emprego fora do local aparece no discurso de outro vendedor ambulante, porém agora de maneira a elucidar que este inexistente no local, exigindo que um dos responsáveis pela família se ausentasse da residência para o trabalho assalariado. Esta situação não se sustenta no tempo pela necessidade de apoio a família. Novamente, o trabalho como vendedor ambulante aparece como alternativa de trabalho com renda no local, possibilitando a manutenção da estrutura da família.

Entre os vendedores ambulantes, a Entrevistada 8 e o 17 nunca trabalharam como empregados ou com carteira de trabalho. Ao serem questionadas se já teriam trabalhado com carteira assinada a resposta de ambas é direta:

“Não!” (ENTREVISTADA 8)

“Não, não, nem tenho carteira de trabalho.” (ENTREVISTADA 17).

## 7.6 ASSOCIAÇÃO DOS VERDADEIROS VENDEDORES AMBULANTES DE MATINHOS

Através da Lei Municipal nº 1.452/2011, o poder executivo de Matinhos legitima e declara como utilidade pública a Associação dos Verdadeiros Vendedores Ambulantes de

Matinhos, da qual por pressuposto os entrevistados desta pesquisa deveriam participar da mesma.

Nem todos os vendedores ambulantes participaram dessa organização coletiva de classe, entre os que participaram, várias são as observações para não participarem mais:

“Já participei há muitos anos já. Hoje no momento não to fazendo parte não porque toda a associação que a gente participo num fez nada pra ajuda.” (ENTREVISTADA7)

“Essa agora eu não conheço, eu conhecia a anterior né, mas não fez nada pelos ambulantes, só recolhia a taxa e num dava retorno, num dava uma taboa pra colocar aqui, então eu parei de pagar, assim como os meus colegas não pagam mais, e quando tinha no começo que parecia certo a gente deu crédito e ia, mas quando viu que não fazia nada paramos.” (ENTREVISTADO 9)

“É eu falei pra você, ela tá meio parada, eu participava, eu pagava uma mensalidade, não é nada, é cinco reais mas os colega tudo dá uma ideia outro da um palpite daí estraga né, nós não temos representação da associação por enquanto.” (ENTREVISTADO 12)

“Sim eu já cheguei a participar dela, participei um tempo da associação. Eles fazia umas eleição meio, ah se nem gosta de fala, como você elege um presidente de uma associação se os próprios ambulantes não vai lá votar, não sei quem é que vota, quem é que elege eles.” (ENTREVISTADA 13)

“Não - Então eu já fiz parte - Antigamente eu até participava até que teve uma reunião de que eles iam montar outra diretoria né - Eu sou uma pessoa mais queta daí geralmente quando me dá uma dúvida alguém tbm vai lá e faz a pergunta Conheço, vou começar a participa agora, que eu não tava participando.” (ENTREVISTADO 15)

Alguns nunca participaram da associação dentre estes alguns não acreditam que ela possa agir para a coletividade ou não saibam o papel desta:

“Não faço parte, mas conheço na verdade essa associação eles quase nunca funcionaram aqui, a maioria só pensa o lado deles, a associação dos ambulantes aqui você não vê pegando de guerra para o vendedor, mais só pro lado teórico deles mesmo.” (ENTREVISTADO 3)

“Conheço, mas num tá funcionando nada não.” (ENTREVISTADA2).

“Associação? Essa ai eu não conheço direito não - Ainda não, vamo ver vai ter reunião ai vamo conversar.” (ENTREVISTADA 10)

Mas há também aqueles que desejam participar:

“Conheço, vou começar a participa agora, que eu não tava participando.” (ENTREVISTADO 4)

E também os mais engajados com o coletivo, que participam das reuniões e confiam na Associação:

“Eu conheço e faço parte, Mas essa aí ainda não foi feita nenhuma reunião ainda, eu sou membro e até agora não saiu nenhuma, Ah se tive dúvida aí tem que expor né, não pode né, a associação não pode te uma dúvida, se tive uma dúvida tem que resolve” (ENTREVISTADO 6).

“Conheço, Faço, Participo, inclusive na gestão passada eu era vice, Vice Presidente na gestão passada” (ENTREVISTADO 11).

De maneira geral, observa-se que todos conhecem a Associação dos Vendedores Ambulantes, e que os que criticam são aqueles que não participam, ou seja, desconhecem o papel de uma Associação de Classe, colaborando desta forma para o enfraquecimento da categoria junto aos órgãos governamentais, observada especialmente na não existência de instalações sanitárias ou de apoio à saúde dos vendedores ambulantes, já que muitos precisam voltar para a casa para suas necessidades fisiológicas, ou contar com a colaboração de algum estabelecimento comercial, o qual geralmente necessita de pagamento.

## 7.7 RELACIONAMENTO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Todos os anos, vendedores ambulantes obrigatoriamente procuram o Departamento de Fiscalização da Prefeitura de Matinhos para o cadastro para obtenção da licença ao exercício do comércio ambulante na temporada, porém nem todos obtêm a licença. Como as entrevistas ocorreram com vendedores licenciados, apenas foi possível observar que há uma regularidade nos licenciamentos, já muitos entrevistados trabalham há muitas temporadas, mas também que para licença além do cadastro é necessário à participação nos cursos promovidos pelo poder público:

“Ah, acho que já faz uns 10 anos que eu faço cadastro lá, os primeiros 2 anos eu trabalhei sem cadastro porque a burocracia é muito grande, mas dai de la pra cá, eu todo ano eu faço.” (ENTREVISTADA 1)

“Várias vezes, porque todo ano que você tem que trabalha, se tem que recadastra, tem reunião, tem curso tem que participar, todo ano tem que fazer a mesma coisa, mesmo que se já tenho feito o curso se tem que fazer dinovo.” (ENTREVISTADA 2)

“Ih, muitas vezes, faz o que... tem que ver na minha carteirinha, mais foi feito assim, oito anos do Dalmora (antigo prefeito de Matinhos), dois anos da época do Chiquinho (antigo prefeito de Matinhos), agora mais uns 14 mais ou menos tudo.” (ENTREVISTADA8)

“Todo ano, todo ano eu renovo a carteirinha, eu num tenho todas as carteirinhas, mas todo ano meu nome ta cadastrado na Prefeitura todo esses anos que eu trabalhei.” (ENTREVISTADO 19)

Para alguns vendedores ambulantes, ser vendedor ambulante nas temporadas é um processo complicado ou burocrático:

“É bem burocrático. Pra gente que mora aqui a tantos anos. Que tem o CPF as coisas, é bem complicado.” (ENTREVISTADA 1)

“Ah é difícil né, acho que não devia ser tão complicado, todo mundo tinha que te direito de trabalha.” (ENTREVISTADA 16)

“Eu acho é bom né porque aí fica mais legalizado né, tudo na lei certinho, num tem como outros invadi ai a área né.” (ENTREVISTADO 4)

“Eu acho que tá certo, pra nois assim é certinho, mas tem gente que nem eu já falei, não tão fazendo igual a gente feiz, tem gente que ta entrando de boa, e noi spassemo por um bom processo ai, pra chegar ali, agora pra nois é lei, pros outros de fora não tem lei.” (ENTREVISTADA 10)

“Pro cidadão de Matinhos tem que tirar todo ano eu acho que sem licença não pode trabalhar, tem que tá licenciado, se não, vem todo mundo de fora também trabalha sem licença ai leva o dinheiro pra fora e não gasta na cidade a forma que a Prefeitura fez a pessoa tem que morar aqui no mínimo três anos, conta de luz e água no nome da pessoa antecedentes criminais tem que faze.” (ENTREVISTADO 12)

Para um dos vendedores, talvez o mais antigo, o cadastro é um instrumento político, sugerindo que o processo de cadastro seja informatizado:

“Eu acho que ta faltando informatizar aquilo lá, porque eu vendo a vinte e seis anos e a vinte seis anos é tudo na caneta lá, não tem cadastro na verdade, fica na mão da prefeitura e a prefeitura até usa como instrumento político.” (ENTREVISTADO 11)

## 7.8 SUGESTÕES PARA MELHORAR O TRABALHO DO VENDEDOR AMBULANTE NA PRAIA

Por fim, fora perguntado aos vendedores se eles teriam alguma sugestão ou proposta para melhorar o trabalho do vendedor ambulante na praia. Dentre as sugestões mais recorrentes estão às relacionadas à infraestrutura:

“Olha, o ambulante deveria ter um pouco mais de apoio, sobre a praia aqui, deveria ter banheiros químicos, essas coisas não temos aqui entendeu, um lugar adequado pra fazer necessidades, não tem, então isso é o mais chato aqui pros vendedores ambulantes. E esse lado do SESC pra cá da ponte pra cá, depois que foi feita a revitalização, pra cá é um lugarzinho esquecido a muito tempo, banheiro químico, chuveiro essas coisas, não tem nada pro lado de cá.” (ENTREVISTADO 3)

“Olha pra melhora precisa de estrutura né, rampas né que desse acesso não só pros carrinhos... (fala interrompida). A infraestrutura pro vendedor conseguir entrar e sair da praia sem dificuldade e ter uns banheiros químicos na temporada pra gente poder usar, nem que se contrate alguém pra tomar conta, porque tem que ter banheiro, eles construíram só da ponte pra lá. Então o pessoal da ponte pra cá precisa de banheiro e de umas rampas feita pela prefeitura que sejam duráveis, pra dar acesso pro cadeirante, pra carrinho de bebê, o carrinho dos ambulantes.” (ENTREVISTADA 9)

“[...] a primeira coisa que eu pediria era que o prefeito providenciasse um banheiro pra nois, por causa aqui da estrutura nossa aqui da rampa por exemplo essa rampa aqui é sempre nois que tem que banca aqui porque a prefeitura nunca providenciou nada porque aí serve pra nois e pros cadeirantes também.” (ENTREVISTADA 13)

As demandas dos vendedores ambulantes não se concentram somente para o poder público, elas também se direcionam para a Associação dos Ambulantes, visualizando com através desta, ganhos para à categoria:

“Acho que a associação, essa associação fizesse convênio com essas distribuidoras de coco pra vender mais barato pra nós né, o fornecedor de gelo seria bem melhor pra nós. Tem esse carro que passa vendendo, mas a gente também pega no mesmo lugar em que a gente compra o coco, porque aí eles vem trazer o coco e traz gelo também.” (ENTREVISTADA 15)

Nem todos vendedores escutados utilizaram o espaço para sugestão, ao invés disso aproveitam para fazer críticas tanto para a Associação dos Vendedores Ambulantes ou até mesmo para justificar sua ação isolada:

“A ideia a gente tem bastante né, mas a gente não vai questiona né, a gente não faz parte da associação, se entendeu?” (ENTREVISTADO5)

“Olha ideia a gente tem mas, eles não colabora com a gente não adianta, aqui é um bláblábláblá...até num sei quando, um que sabe mais que o outro, então eu venho coloco meu carrinho aqui e pronto.” (ENTREVISTADO6)

Observou-se não só a falta de participação coletiva através da Associação, mas também o individualismo da atividade produtiva, o que pode estar relacionada a concorrência na obtenção da licença ou até mesmo ao pouco tempo que os mesmos têm durante a

temporada para dialogar a resolução dos problemas coletivos, como o caso dos sanitários e rampas demandados por muitos.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender o trabalho e o sentido do trabalho temporário ou informal, através da dinâmica de trabalho dos vendedores ambulantes das areias da praia do balneário de Matinhos – PR. No projeto submetido à qualificação fora proposto a discussão teórica em três categorias de análise, sendo elas: Desenvolvimento, Território e Trabalho. No entanto, em decorrência do tempo determinado pelo período do mestrado, dois anos, e da complexidade de cada uma dessas categorias, a discussão concentrou-se na categoria trabalho, a qual inquietava o pesquisador.

Desta forma, a pesquisa partiu do resgate da base conceitual acerca da origem do trabalho, suas transformações e desdobramentos nas sociedades contemporâneas. O trabalho enquanto categoria de análise proporciona um universo de interpretações que estão além da concepção de trabalho abstrato reproduzido nas sociedades de mercado.

O aporte teórico referente ao trabalho possibilitou o entendimento da troca de mercadorias por dinheiro que ocorre entre vendedor ambulante e “turista” ou o sujeito que não está trabalhando, uma troca que vai muito além do dinheiro. Com o dinheiro do trabalho, os vendedores promovem o seu próprio sustento e de sua família, porém não o suficiente para manter todo o período em que vai se manter afastado da atividade.

O trabalho do vendedor ambulante não se caracteriza como trabalho abstrato, já que o trabalhador não vende seu tempo por um preço denominado de salários, como ocorre no modo de produção capitalista, que caracteriza o emprego das sociedades de mercado. O trabalho como vendedor ambulante temporário tampouco acumula capital, já que o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, e o retorno monetário é insuficiente até mesmo para a sua subsistência e de sua família. Por sua vez, a relação mercantil originária deste trabalho contribui com a dinâmica de produção capitalista, tanto pela ampliação do consumo promovida pela atividade, como pelo “turista” ou o “tempo de não trabalho com renda (férias e finais de semana remunerado – uma conquista da classe dos trabalhadores)” fazerem parte do universo da organização da produção capitalista.

O trabalho do vendedor ambulante temporário, se diferencia do trabalho informal, este resultante das transformações do mundo do trabalho decorrentes das crises do capital, as quais se caracterizam pela terceirização, trabalho doméstico, entre outros. No entanto, a partir da pesquisa empírica constatou-se que, a precarização das condições de trabalho dos ambulantes, esta decorrente principalmente da falta de consciência de classe, já que as conquistas sociais decorreram da luta de classe dos trabalhadores da indústria..

A organização desta modalidade de trabalho conta com respaldo da Prefeitura municipal, através da regulamentação do comércio ambulante, bem como do uso do espaço. A administração pública municipal ao promover a licença possibilita oportunidades à população local de obtenção ou aumento de renda, dado que o Município se constitui historicamente a partir desta finalidade de uso da natureza.

A compreensão deste universo só foi possível em decorrência da cooperação da população que trabalha como vendedor ambulante em responder o questionário e entrevista, no ambiente de trabalho, reduzindo assim seu tempo de trabalho, que já é pequeno durante o ano. A aplicação de questionários facilitou a interação e possibilitou a contabilização de um expressivo número de respostas. A entrevista, mesmo com um roteiro semiestruturado para sua condução, ocorreu de forma fluída, informal e descontraída, algumas vezes até com a participação de terceiros, podendo ser tida como uma pequena roda de conversa.

Apesar da existência obrigatória, pela Lei, de uma associação dos vendedores ambulantes, esta não se faz valer nem pela participação, nem pelos resultados junto aos trabalhadores a ela associados. Os trabalhadores associados não encontram nela apoio na obtenção de condições essenciais ao exercício da atividade, tampouco as melhorias das condições humanas ao trabalho. Os ambulantes de maneira geral, não possuem acesso facilitado para dispor seus carrinhos e mercadorias nas areias da praia, tampouco dispõem de banheiros para passar 12 horas trabalhando.

O trabalho temporário, realizado pelos vendedores ambulantes, não é acompanhado de contribuição à previdência social, ficando os trabalhadores vinculados à proteção social advinda da assistência social, ou seja, encontram-se vinculados a diferentes programas não contributivos de diferentes instâncias governamentais. Quando não estão trabalhando, os vendedores ambulantes, recebem transferência de renda ou de bens necessários à subsistência própria e de suas famílias, porém sem nenhuma proteção futura – aposentadoria ou renda em caso de impedimento ao trabalho. É neste sentido que, uma associação, a exemplo dos movimentos sindicais, poderia mobilizar-se para a conquista um programa de previdência especial, tal como já ocorre com os trabalhadores da agricultura familiar.

O trabalho temporário de vendedor ambulante nas praias decorre da natureza do lugar – sol e mar, e das transformações do mundo do trabalho - finais de semana e férias remuneradas dos trabalhadores assalariados e da sociedade - férias escolares dos filhos de trabalhadores.

Para os vendedores ambulantes este trabalho é uma profissão, dado que muitos deles executam esta função a mais de 10 anos. O trabalho do comércio ambulante é uma atividade em Matinhos interage com outras atividades produtivas, beneficiando a economia local,

Diante do exposto, considera-se que os resultados levantados na presente pesquisa podem fortalecer e fomentar outros estudos e debates. Resultados que devem ser levados ao poder público municipal, a associação dos Vendedores Ambulantes de Matinhos, bem como aos próprios vendedores ambulantes e “turistas”, para que com o conhecimento da realidade a luz da sociologia econômica, seja possível melhorar as condições de trabalho da população que se dedica a esta atividade, como também passem a ser tidos como sujeitos de direito, com base na realidade local. Academicamente, a dinâmica do trabalhador ambulante em Matinhos não revelou ser este um trabalho informal, demandando por sua vez, outras pesquisas, especialmente as direcionadas ao trabalho temporário realizado nos estabelecimentos de comércio e serviços abertos ou ampliados para as temporadas de verão em Município. Talvez, a ampliação das vagas temporárias possam sim criar vagas de trabalho a serem denominadas de informais, já que os trabalhadores recebem salários, mas diferentemente dos demais assalariados não gozam do direito de férias, finais de semana remunerado entre outros direitos conquistados pela classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas Residências: análise dos conflitos territoriais no destino de Matinhos (Litoral do Paraná, Brasil). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v.6, n.1, 2017

ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 81-101. 2018.

ANDRADE, J. G. N. Trabalho Informal e Território: aportes sobre o comércio ambulante na área central de Recife – PE. 117f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ANTUNES, R. **O Que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo-SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. L. C.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, M. S. P. A aventura do comércio informal no Recife. 235p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

BARBOSA, A. F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: Das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. P. 105-159.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI. **Política Social, Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: Homem e Terra Reminiscências**. 3º ed. ampl. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BRANDÃO. M. B. B. A. Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano. 148 f. **Dissertação** (Mestrado em Urbanismo) Programa de Pós – Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 02 de nov. de 2018.

BRASIL. Câmara dos deputados. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03/08/2018

BRASIL. **Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)> Acesso em: 10 de dez. de 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/apresentacao.htm>. Acesso em 02/12/2017

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: SPPE, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Lei Complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm). Acesso em: 15/06/2018

BRIDI, M. A.; BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**. V 6, No. 12. 2018.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2 nº1, p.68-80. 2005.

CAPUTO, A. C; MELO. H. P. A Industrialização Brasileira nos anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. **Est.Econ.**, São Paulo, v. 39,nº 3, p. 513-538. 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

CEZAR, F. G. O Processo de Elaboração da CLS: Histórico da consolidação das Leis Trabalhistas Brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ed. N° 07. 2008.

COGGIOLA, O. Os Inícios das Organizações dos Trabalhadores. **AURORA**, ano IV, n° 6, 2010.

COLIN, D. R. A.; FOWLER, M. B. **LOAS - Lei orgânica da assistência social anotada**. Série núcleos de Pesquisa 04. Veras Editora. São Paulo, 1999. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira, **Cadernmps CRH**, Salvador, V. 23, N° 58, 2010.

DRUCK, G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. V; GOMES, D; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: Das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. P. 65-103.

DURÃES, B. J. Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos *cantos* do século XIX para os *encantos e desencantos* do século XXI. 230 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

ESTEVES, C. J. O. Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná – Brasil. 353 f. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

FELISBINO, J. N; SULZBACH, M. T. O trabalho informal no mercado de trabalho nos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná – Paraná. **Relatório de Iniciação Científica**, 2011.

FERNANDES, A. E. S. M. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um Estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90**. 3° Ed. São Paulo, Cortez, 2005.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. **História de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá, PR: IHGP, 1999. 560 p

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. S. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. – 2.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HELAL, D. H. Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. **Cadernos EBAPE.BR** - Volume III – Número 1 – 2005

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraná/Matinhos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>. Acesso em: 17/10/2017

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos**. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em: 20/09/2018.

JUSBRASIL. Tribunal Regional do trabalho da 24º região. **História: a criação da CLT**. Disponível em: <https://trt-24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>. Acesso em 02/07/2018.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, E. A. B. AS NOVAS FACES DA INFORMALIDADE NA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA-GO: Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho. 326f. **Tese (Doutorado em Ciências sociais)** – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro I/Karl Marx; San'tAnna, R. 27º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATINHOS. Câmara Municipal. **Lei nº1267**, de 03 de novembro de 2009, que Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do município de Matinhos e dá outras providências. Matinhos, PR. Acesso em 24/01/2018.

MATINHOS. **Lei Orgânica nº1 de 3 de abril de 1990** (2ª Edição em 17 de dezembro de 1999, atualizada em 18 de julho de 2006). Disponível em: [http://www.matinhos.pr.gov.br/pdf/lei\\_organica\\_matinhos.pdf](http://www.matinhos.pr.gov.br/pdf/lei_organica_matinhos.pdf). Acesso em: 24/01/2018.

MELO, J. M.; SOUTO, J. V. O espaço do trabalho informal na sociabilidade capitalista. **Anais da XIII Jornada de Trabalho**. Oct, 2012.

MINAYO, C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

MONNERAT, G.; SOUZA, R. G. de. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Rev. katálysis** [online]. 2011, vol.14, n.1, pp.41-49. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 14 de nov. de 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo. 2003

PDPDI. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado – Matinhos – **Diagnóstico municipal socioeconômico e físico territorial 2006**. Disponível em: [http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/file/artigos/meio\\_ambiente\\_e\\_recursos\\_hidricos/plano\\_diretor\\_de\\_matinhos.pdf](http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/file/artigos/meio_ambiente_e_recursos_hidricos/plano_diretor_de_matinhos.pdf). Acesso em: 24/07/2017

POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de: Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLIDORO, M.; DESCHAMPS, M. V. Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba**, v.34, n.125, p.213-235, 2013

RODRIGUES, W; SANTOS, N. S. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional / local?. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** – Salvador, BA. Ano XIX – V. 1 - N. 36, 2017

SABEC, J. P; SULZBACH, M. T. Um retrato do emprego formal do Litoral do Paraná. **Relatório de Iniciação Científica**, 2010.

SALLES, R. A abolição revisitada: entre continuidades e rupturas. **Revista de História**. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. n. 176. p. 01-11, 2017.

SILVA, M. L. L. (Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil. 356 f. Tese. (**Doutorado em Política Social**). Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília. 2011. [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8716/1/2011\\_MariaLuciaLopesDaSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8716/1/2011_MariaLuciaLopesDaSilva.pdf). Acesso em: 02 de nove. De 2018.

SIQUEIRA, L. Independência: história e historiografia. **Estudos Avançados**. V.20 n.57 São Paulo maio/ago. 2006.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da conquista: edições UESB. 2008.

SPINK, P. K. Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. Vol. 12, n. 2, PP.227-241. 2009.

SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salários e pobreza. São Paulo: Hucitec, 1980.

SPOSATI, A. O. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Intervenção social. N. 17-18, p. 197-225, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/4051>> Acesso em: 15 de nov. de 2018.

SULZBACH, M. T; DENARDIN, V. F; FELISBINO, J. N. O trabalho em pequenos municípios praianos do litoral do Paraná. **Sociologias plurais**. Campus Reitoria, Curitiba, s/v, n. Especial 1, Out. 2012.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução a **pesquisa em Ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER, D. G. P. Mobilização de competências na atividade informal do vendedor ambulante em praia de Natal – RN. 227 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO**

Nome:

Idade:

Tempo de residência:

Profissão:

1. Por que vive em Matinhos?
2. Como é sua rotina?
3. O que muda em sua rotina trabalho durante a temporada?
4. Por que trabalha como ambulante?
5. Já trabalhou com carteira assinada? Como foi sua experiência? (Com e sem)
6. No que gostaria de trabalhar?
7. Qual o sentido do trabalho para você?
8. O que mais gosta de seu trabalho e o que menos gosta.
9. Conhece a associação dos vendedores ambulantes? Faz parte dela? Como participa nos processos de decisão?
10. Como ficou sabendo sobre o período de cadastro dos ambulantes na prefeitura?
11. O que você acha do processo de inscrição para pegar a autorização de vendedor ambulante na prefeitura?
12. Quantas vezes participou do cadastro? Alguma vez teve sua solicitação recusada? Qual motivo?
13. Teria alguma sugestão/ideia/proposta que possa contribuir para melhorar o trabalho dos ambulantes

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA****1. PESSOAL**

1. Nome:
2. Idade:
3. Com quem vive:
4. Estado civil:
5. Escolaridade:
6. Quantos filhos têm e quantos são seus dependentes?
7. Moradia: ( ) própria ( ) propriedade de familiares ( ) alugada ( ) cedida
8. Bairro:
9. Quanto tempo reside em Matinhos:

**2. TRABALHO**

10. Quanto tempo trabalha como ambulante:
11. Teve outra experiência de trabalho? Qual?
12. No que trabalha fora da temporada
13. Contribui com a previdência, exemplo INSS:
14. Já trabalhou com carteira assinada: ( ) Sim ( ) Não
15. Quanto tempo trabalhou com carteira assinada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3. AMBULANTE**

1. A que horas chega e sai?
2. Vens todos os dias da semana?
3. Quando precisa sair, quem lhes ajuda? \_\_\_\_\_
4. Essa pessoa têm ou precisa de licença na prefeitura ( ) Sim ( ) Não
5. Até que mês os recursos financeiros que obtém na temporada lhes auxiliam no ano? \_\_\_\_\_
6. Onde costuma fazer as compras para abastecer seu carrinho \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7. Faz parte da associação dos Vendedores ambulantes: ( ) Sim ( ) Não

4. Políticas Públicas

8. Participa de algum programa do Governo( )Sim ( ) Não

9. Qual ou quais \_\_\_\_\_

10. No que o benefício apoia a manutenção de sua família?  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada provisoriamente como “Trabalho informal: a dinâmica das vendedoras ambulantes do município de Matinhos –PR” poderá trazer e, entender os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, as pesquisadoras Tieme Carvalho Nishiyama e Mayra Taiza Sulzbach a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso das pesquisadoras acima citadas em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa (nome completo do pesquisador responsável), e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Tieme Carvalho Nishiyama  
Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável